

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----Mandato 2013-2017-----

----- **TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA - QUARTA REUNIÃO REALIZADA EM VINTE E DOIS DE JULHO DE DOIS MIL E CATORZE.** -----

----- **ATA NÚMERO TRINTA E SETE**-----

----- Aos vinte e dois dias do mês de Julho de dois mil e catorze, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, em Sessão Ordinária, quarta reunião, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão e pela Excelentíssima Senhora Margarida Maria Moura Alves da Silva de Almeida Saavedra, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária, em exercício. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel de Freitas Arruda, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando José da Silva e Nunes da Silva, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Nunes do Deserto Videira, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Elisa Madureira de Carvalho, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Mariana Rodrigues Mortágua, Miguel Afonso da Silva Ribeiro Reis, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Miguel Tiago Crispim Rosado, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Rosa Maria Carvalho da Silva, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Maria Margarida Matos Mota, Frederico Jorge de Passos e Castro Fernandes Lira, Maria Cândida Rio de Freitas

Cavaleiro Madeira, Emília Cristina Antunes da Serra, Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes, Nuno Ricardo Dinis de Abreu, Rui Manuel Moreira Vidal simões, Carla Sofia e Silva Rothes Ladeira, Igor Boal Roçadas, António Manuel Alves, Susana Maria da Costa Guimarães, Margarida Morais, Paulo Manuel Valente da Silva, Isabel Cristina Ruas Pires, Manuel Medeiros, Patrícia de Oliveira Caetano Barata, Nelson Pinto Antunes, Paulo Manuel Bernardes Moreira, António Ferreira de Lemos e João Diogo Santos Moura.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Sandra da Graça Lourenço Paulo.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *à contrário sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José Luís Sobreda Antunes (PEV), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Frederico Lira.-----

----- Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira (PEV), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Cristina Serra.-----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Alexandra Pereira de Sousa Gomes.-----

----- Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Nuno Ricardo Dinis de Abreu.-----

----- Carlos de Apoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patrícia Caetano Barata.-----

----- Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Carla Rothes.-----

----- Floresbela Mendes Pinto (IND), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Rui Manuel Moreira Vidal Simões.-----

----- Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Cândida Cavaleiro Madeira.-----

----- Rita Susana da Silva Guimarães Neves (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Margarida Mota.-----

----- André Moz Caldas (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Igor Roçadas.-----

----- Belarmino Ferreira Fernandes da Silva (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Manuel Alves.-----

----- Tiago Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Ricardo Amaral Robles (BE), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Isabel Pires.-----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Paulo Manuel Bernardes Moreira.-----

----- Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Susana Guimarães. -----

----- Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António José do Amaral Ferreira de Lemos.-----

----- Davide Miguel Santos Amado (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Margarida de Morais. -----

----- José António Cardoso Alves (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Paulo Manuel Valente da Silva.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores: Fernando Medina, Catarina Vaz Pinto, Graça Fonseca, Jorge Máximo, Paula Marques, João Afonso, Manuel Salgado, Sá Fernandes e Duarte Cordeiro.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Carlos Moura e Fernando Seara. -----

----- Às quinze horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião. -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Esta reunião é uma reunião de continuação de sessão ordinária, por isso não tem Período de Antes da Ordem do Dia nem tem período de intervenção do público, mas temos uma questão prévia para resolver que é uma formalidade legal e que a Mesa vai passar a explicar. Como sabem a Senhora Deputada Municipal Ana Drago renunciou ao seu cargo nesta Assembleia Municipal.-----

----- Nós, na última sessão creio eu, ou numa das últimas sessões, votámos, deliberámos sobre a renúncia da Senhora Deputada Municipal Ana Drago. Eu quero retificar que não tinha sido necessária qualquer votação, uma vez que a renúncia é um direito dos Deputados Municipais e não é submetida a decisão da Assembleia Municipal, portanto fizemos uma votação extra. Peço desculpa se alguém se sentiu incomodado com isso, mas foi desnecessário.-----

----- Seja como for, uma vez que a Senhora Deputada Municipal Ana Drago renunciou, a lei determina que ela deve ser substituída pelo seguinte na lista e acontece que a pessoa seguinte na lista também não quer assumir o seu lugar, portanto, vou ler o que em termos jurídicos temos que fazer.-----

----- Como é do conhecimento dos Senhores Deputados Municipais no passado dia 15 de julho, a então Deputada Municipal Ana Drago do Bloco de Esquerda, renunciou ao mandato abrindo uma vaga do cargo de membro desta Assembleia Municipal. A cidadã imediatamente a seguir na ordem da lista do mesmo partido político, Rosa Melo Félix, que nos termos da lei e do Regimento desta Assembleia Municipal devia ser o membro substituto, veio a renunciar também ao mandato em 18 de julho, ainda antes de ser convocada para preencher a referida vaga.-----

----- Esta renúncia deve ser entendida como renúncia ao direito ao cargo para membro não eleito desta Assembleia Municipal, uma vez que só após a verificação da identidade e legitimidade é que a substituição se opera de imediato, o que não ocorreu.-----

----- Consequentemente convoquei o cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista do partido, Miguel Afonso da Silva Ribeiro Reis, que está presente, para estar

presente nesta sessão a fim de verificar a sua identidade e legitimidade, para efeitos de preenchimento da referida vaga e início do exercício de funções no cargo de membro deste órgão. -----

----- O cidadão Miguel Afonso da Silva Ribeiro Reis está presente, e sendo assim, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal e nos termos dos nºs 3 e 4 do art.º76 da Lei nº169/99, de 18 de setembro, na redação atual, do nº2 do art.º9 e do nº1 do art.º13 do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, nesta reunião de plenário, verifiquei a identidade e legitimidade do cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista do partido político do Bloco de Esquerda, Miguel Afonso da Silva Ribeiro Reis, portador do Cartão de Cidadão com o número de identificação civil 112623930ZZ2 válido até 2 de Junho de 2016, para efeitos de preenchimento da vaga ocorrida nesta Assembleia Municipal e início do exercício de funções no cargo de membro não eleito deste órgão, portanto, na vossa presença vou chamar o cidadão Miguel Afonso da Silva Ribeiro Reis para ele assinar comigo o termo de identidade, posto que estará resolvido este problema. -----

----- Senhores Deputados Municipais, toda a documentação a que se refere o processo está aqui na pasta, se alguém quiser consultar está disponível, mas julgo que confiam no rigor da Mesa para que isto corra tudo como deve ser e estando cumprida esta formalidade o novo Deputado Municipal Miguel Reis tomará parte na nossa reunião de hoje, podendo tomar parte das decisões se assim o entender. -----

----- Posto isto, vamos então dar início à nossa ordem de trabalhos. Quero informar os Senhores Deputados Municipais do nosso calendário previsto para o final desta época, digamos assim. -----

----- Nós vamos ter na quinta-feira, a título excepcional, uma sessão extraordinária para debater em princípio três planos de urbanismo, portanto é uma sessão especialmente dedicada às questões do urbanismo, tem ainda um contrato programa com a SRU Ocidental, como é um dia fora do dia normal dos nossos trabalhos estou a chamar a vossa atenção, nós propomos que a reunião comece às catorze e trinta, para ver se conseguimos dar andamento aos pontos que estão pendentes. Os Senhores Deputados Municipais e quem nos está assistir, poderão ver no *site* da Assembleia Municipal quais são exatamente os planos, de memória direi que é o Plano de Urbanização de Alcântara, uma alteração ao Plano de Pormenor do Eixo Luz-Benfica e o Plano de Pormenor de Campolide. Para quinta-feira temos previsto esses trabalhos. -----

----- De hoje a oito dias será a última sessão antes das férias da Assembleia Municipal de Lisboa e temos previsto um conjunto de propostas relativas a património municipal, provavelmente não serão todas, ainda verei com a Primeira Comissão quais é que podem ser, mas as que estiverem em condições de vir a ser agendadas serão agendadas. -----

----- Temos uma proposta da Câmara sobre a qual a Comissão de Acompanhamento da Colina de Santana se está a debruçar, relativa aos objetivos do Programa de Ação Territorial da Colina de Santana e poderemos ter mais alguma coisa que me esteja a escapar neste momento. -----

----- Resumindo e concluindo, sessão na quinta-feira para questões de urbanismo, sessão na terça-feira que vem para algumas matérias que estão pendentes, depois teremos férias e a sessão seguinte da Assembleia Municipal de Lisboa será no dia 9 de Setembro, portanto, confirmar tudo isto. -----

----- Lembrar ainda o Senhores Representantes que pedi para se reunirem comigo na quinta-feira de manhã às onze e meia, vão receber a convocatória provavelmente durante a tarde ou mais para o fim do dia. Nós estamos bastante desfalcados em matéria de pessoal da Assembleia Municipal, várias pessoas estão de férias, outras estão de baixa e pode haver algum atraso no *email*, portanto, pedia que tomassem nota nas vossas agendas, quinta-feira de manhã temos uma sessão de Conferência de Representantes, só para afinarmos as grelhas de tempo e as ordens de trabalho deste final de ano de trabalhos. -----

----- Posto isto, vamos retomar então a nossa ordem de trabalhos. -----

----- O primeiro ponto da nossa ordem de trabalhos é a apreciação das contas, chamadas contas do município, que é composta por três documentos, Demonstrações Financeiras de 2013, Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2013 e Relatório de Gestão 2013. Há um parecer da Primeira Comissão sobre esta proposta, portanto a Mesa vai em primeiro lugar dar a palavra ao Senhor Vice-Presidente para fazer uma apresentação da Proposta, depois iremos perguntar à Primeira Comissão se querem fazer uma apresentação das conclusões do parecer, depois daremos o tempo aos partidos políticos de acordo com a grelha de tempos, que é no limite máximo de cinco horas, é o que está previsto no regimento e pode ser que nem todos usem o tempo todo, mas este é o tempo regimental e é o que consta no relógio que têm aí para os vários partidos. -----

----- Pergunto ao Senhor Vice-Presidente se quer assumir aqui a tribuna para fazer a apresentação da proposta?-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- **PONTO 1 – PROPOSTA Nº 313/CM/2014 - APRECIAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E O RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2013 DO MUNICÍPIO DE LISBOA, NOS TERMOS DOS PONTOS 2, 3 E 4 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA, E AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DA ALÍNEA A) E L) DO Nº 2 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I À LEI 75/2013, DE 22 DE SETEMBRO, DO ARTIGO 76º DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, BEM COMO DO POCAL (DECRETO-LEI 54-A/99, DE 22 DE FEVEREIRO);** -----

----- (A Proposta 313/CM/2014, as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão 2013 do Município de Lisboa, ficam anexados a esta Ata como Anexo I, Anexo I.I, Anexo I.II, Anexo I.III, Anexo I.IV e dela fazem parte integrante)-----

----- (O parecer da Primeira Comissão relativo às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão 2013 do Município de Lisboa fica anexado a esta Ata como Anexo II e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Vice-Presidente, Vereador Fernando Medina:**-----

----- “Estamos hoje a apreciar o Relatório de Gestão e as Demonstrações de Resultados relativas ao ano de 2013 e é pois um tempo de balanço das contas, da atividade, mas, é também um tempo de perspetiva relativamente à situação financeira do município e aos tempos que aí virão. -----

----- Tenho caracterizado a situação do município e a apresentação destas contas, que estas contas demonstram, revelando uma situação do município como uma situação sólida do ponto de vista financeiro, mas com riscos. Creio que esta é uma síntese que pretende ser realista sobre a nossa situação, mas também realista sobre o futuro que se nos depara e que exige de todo nós, responsáveis da Câmara Municipal de Lisboa, a consciência para a tomada de decisões necessárias. -----

----- Em primeiro lugar, a situação da Câmara Municipal é uma situação sólida, porque num ano de dificuldade económica, a Câmara Municipal de Lisboa conseguiu reduzir o montante da dívida a fornecedores e conseguiu reduzir, de forma muito significativa, o prazo médio de pagamento a fornecedores. No último ano, este prazo de pagamento de tanta importância para a economia da cidade, reduziu-se em cerca de trinta e oito dias e a dívida a fornecedores apresenta o valor mais baixo dos últimos anos. -----

----- Em segundo lugar a situação da Câmara Municipal é sólida, porque a dívida total da Câmara Municipal de Lisboa mantém-se dentro de parâmetros de segurança perfeitamente identificados e parâmetros elevados pelos critérios da Lei de Finanças Locais. O aumento registado de 2012 para 2013, o aumento registado na dívida do município, é um aumento que não decorre, e sublinho, não decorre da deterioração da situação económica do município, mas antes, reflete fatores que ocorrem de opções e situações passadas, ou até em alguns casos, relativamente a opções de natureza contabilística. Assim a Câmara Municipal de Lisboa apresenta no seu exercício de 2013 o que continua a ser um impressionante registo de diminuição da sua dívida total, que reduz de 2007 para 2013 mais de quatrocentos e vinte milhões de euros, num esforço sem paralelo em qualquer dos municípios do País. Isto significa que o esforço de redução da dívida ao longo dos últimos anos, que teve um impacto significativo na melhoria da situação do município, na sua credibilidade, mas teve também e resultou, de um esforço muito grande feito nas várias áreas e nas várias dinâmicas de intervenção desta dívida. Porque esta redução nesta dimensão, não espelha ou não resulta só do memorando de entendimento celebrado com o Governo relativamente à alienação dos terrenos do Aeroporto, para além deste, a redução da dívida conseguida por outros meios e por um processo de contenção interna, foi superior a cento e setenta e cinco milhões de euros. -----

----- A situação da Câmara é sólida, em terceiro lugar Senhores Deputados Municipais, pela situação das suas empresas municipais ao contrário de muitos casos conhecidos, a totalidade das empresas municipais que estão em atividade, por isso excluo deste caso a EPUL que se encontra em processo de liquidação, apresentam contas sólidas e mais importante, detêm todas elas modelos de financiamento adequados, isto é, modelos de financiamento em que se separa de forma muito clara o que são as atividades de natureza comercial lucrativa, havendo para as restantes uma

relação muito clara com a Câmara Municipal de Lisboa, que é uma relação que é cumprida. Isto significa que as empresas municipais não estão a acumular dívida, pelo contrário, detêm unicamente dívida para gestão corrente da sua atividade, com a exceção da Gebalis, no qual o último elemento de dívida restante encontra-se agora num processo de negociação com a banca, que se encontra concluído e que irá ser aprovado na próxima reunião de Câmara. Digo isto com gosto, na medida em que as empresas municipais são hoje um elemento de estabilidade na vida financeira do município e não contribuem em nenhum elemento para dificuldades no universo da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Mas permitam-me Senhores Deputados Municipais, que com a mesma clareza que afirmo os elementos de solidez da situação financeira da Câmara no ano de 2013, aponte com igual clareza os riscos com os quais nos confrontamos, são riscos severos, são riscos claros, são riscos que devem ser reconhecidos para poderem ser geridos de forma atempada, de forma adequada, de forma a preservarmos o equilíbrio financeiro da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- O primeiro dos quais prende-se com a redução da nossa receita estrutural. A Câmara de Lisboa em virtude da crise e em virtude da deficiência do seu modelo de financiamento imposto pela Lei de Finanças Locais, tem sofrido uma redução muito significativa da receita estrutural, entre 2010 e 2014 a Câmara Municipal terá perdido do ponto de vista estrutural, do ponto de vista permanente, isto é, retirando os elementos de natureza extraordinária que marcam pontualmente os exercícios, a Câmara Municipal de Lisboa terá visto a sua receita estrutural reduzir-se em cerca de cento e cinquenta e quatro milhões de euros. -----

----- Resulta parcialmente esta diminuição de opções políticas do município, sim, cerca um terço, resulta o fundamental da situação económica, sim é verdade, mas resulta também de um duplo quadro, que merece a nossa atenção e a nossa resposta política, na negociação política com o Governo. -----

----- O primeiro dos quais prende-se com a reforma do IMI, a reforma do IMI não trouxe de forma alguma, não correspondeu às expectativas financeiras na altura em que foi apresentada e que foi votada e que na base do qual, desses pressupostos, muitos municípios, incluindo a Câmara Municipal de Lisboa, tomaram as suas decisões e as suas opções de orientação política. -----

----- Em segundo lugar a constatação evidente que a cidade de Lisboa tem um quadro de munícipes, de residentes, muito inferior aos custos de estrutura que tem que suportar. Uma cidade que perdeu centenas de milhares de habitantes nos últimos anos, mantém custos de estrutura para uma cidade de muito maior dimensão, ao mesmo tempo que, mantém também custos de estrutura para uma base muito importante de população, que não é contribuinte de forma direta ou indireta para o orçamento municipal. -----

----- Estas são questões de fundo, são questões estruturais, que envolvem naturalmente um diálogo de negociação com o Governo. Mas há também nesta frente, uma frente própria, que traremos em detalhe para debate, para discussão, para apreciação no

orçamento para 2015 da Câmara Municipal de Lisboa, que se prende com as próprias receitas e despesas do município.-----

----- Há trabalho a fazer internamente, há decisões que temos que tomar, num quadro de manutenção de atratividade fiscal, que pretendemos e desejamos manter enquanto for possível manter, mas há naturalmente, medidas que o município precisa de tomar relativamente à estabilização da sua base de receita. -----

----- Há também e gostava de aqui salientar com a mesma clareza, um segundo risco de dimensão sobre as contas da Câmara Municipal de Lisboa e sobre o futuro da sua situação financeira, que se prende com a evolução do serviço da dívida, em particular o decorrente de dois grandes processos que terão um impacto financeiro significativo. -

----- O primeiro dos quais prende-se com um acordo que aqui foi votado, relativamente ao encerramento do contencioso com o processo Bragaparkes, é uma verba particularmente avultada que neste momento não integra a dívida da Câmara Municipal de Lisboa, encontra-se no passivo em provisões, mas que integrará após o trânsito em julgado, a dívida da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Em segundo lugar a integração da EPUL, a conclusão do processo de liquidação da EPUL e a sua integração no universo das contas da Câmara Municipal de Lisboa, terá um impacto significativo do ponto de vista do aumento da dívida direta do Município de Lisboa. Este aumento da dívida associado a estes dois efeitos, a estes dois fenómenos, tem naturalmente consequências diretas decorrentes da Lei de Finanças Locais, tem consequências diretas e pesadas também sobre o nível do serviço da dívida que o município terá que assumir e exigem da nossa parte, uma estratégia ativa do ponto de vista da minoração e da superação destes riscos. Falo em particular de um programa de alienação de ativos não estratégicos, que a Câmara Municipal de Lisboa deve levar a cabo, no sentido de permitir que este acréscimo excecional de dívida, que ocorrerá no ano de 2014 e parcialmente no ano de 2015, possa ser contido de forma a afetar o menos possível a atividade corrente do município.-----

----- Estes riscos são riscos que foram identificados aquando da apresentação do orçamento, fizemos aqui esse debate, mas são riscos que me sinto na obrigação de levantar com clareza e de os reposicionar neste debate, porque é com a mesma confiança e a com mesma certeza, que olhamos para os resultados de 2013 e podemos apreciar a solidez da situação financeira da Câmara, para mantermos e termos a capacidade de manter este registo, temos que saber também identificar com clareza os riscos e encontrarmos coletivamente as respostas para eles, porque sabemos todos hoje bem, quão penoso foi à Câmara Municipal de Lisboa recuperar a sua solidez financeira, e reconhecemos hoje, que este é hoje um ativo perfeitamente inestimável que temos que saber manter, independentemente dos custos que nos venha a trazer essa situação.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Informar-vos que não estando nada previsto no Regimento, cada Grupo Municipal e a própria Câmara são livres de utilizar o tempo como entenderem, pelo

que se a Câmara quiser responder de imediato às questões que lhe forem sendo suscitadas, o pode fazer, em alternativa pode fazê-lo no fim. -----

----- O PS tem dúvidas sobre esta questão? -----

----- Eu peço desculpa, tem razão Senhor Deputado Municipal, peço desculpa, foi um lapso meu e estavam aqui a chamar-me a atenção, com toda a razão. Eu tinha anunciado que antes de dar a palavra aos Senhores Deputados Municipais, iria perguntar à Primeira Comissão, pelas conclusões do parecer da Primeira Comissão, faremos isso e só depois então é que começaremos o debate.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre (PS):** -----

----- “Em relação ao parecer, sabendo o tipo de proposta que tínhamos, que é uma proposta que é também ela complexa e muito importante na vida da Câmara Municipal de Lisboa, aquilo que foi a metodologia que a Comissão decidiu foi, depois de feita a audição com o Senhor Vereador que tem o pelouro, o Senhor Vereador Fernando Medina, haver uma reunião para discussão daquilo que era a proposta em si, com as várias forças políticas e depois foram enviadas perguntas ao Senhor Vereador, fundamentalmente sobre as reservas que o relatório do ROC tinha e que também levantou em sede de Comissão algumas dúvidas e por isso mesmo foram feitas essas perguntas. -----

----- Em relação áquilo que é a proposta em si mesmo, para além daquilo que a análise financeira que uma proposta dessas tem sempre que ter, aquilo que é os pontos que a Assembleia Municipal tem que decidir é sobre a aplicação do resultado líquido do exercício, uma parte para resultados transitados e outra parte para reservas legais e também a transferência para a conta 51 de uma correção feita aos resultados transitados de anos anteriores, que é algo que a nível de proposta vai contido e que a Comissão também fez análise disso.” -----

----- (apresentou o parecer da Primeira Comissão constante desta Ata como Anexo I) --

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “A Mesa quer dar conhecimento e alertar para quem esteja nisso interessado, que este parecer que o Senhor Deputado Municipal aqui resumiu e muito bem, está integralmente disponível no *site* da Assembleia Municipal, portanto, se o quiserem ver mais em pormenor, naturalmente poderão ter acesso ao parecer na íntegra quem nos está a seguir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo (PSD):** -----

----- “Discutimos hoje o Relatório de Gestão Financeira da Câmara Municipal de Lisboa do ano de 2013. Da sua análise podemos retirar um conjunto de preocupações e riscos, que ainda que não coloquem em causa a atividade do município num muito curto prazo, o farão certamente no futuro caso não sejam combatidos. -----

----- É a evidente a fragilidade da receita estrutural da Câmara Municipal de Lisboa, não só pela queda de receita fiscal, que rondou os cento e cinquenta milhões de euros nos últimos quatro anos, mas sobretudo, porque é neste conjunto de proveitos que o município recebe a sua maior fatia. -----

----- Sessenta e um por cento da receita do município corresponde ao pagamento de impostos, repito, sessenta e um por cento da receita do município é obtida através do

pagamento de impostos dos lisboetas. Isto é claramente demonstrativo da fragilidade estrutural das receitas do nosso município. -----

----- É portanto absolutamente necessário que o município encontre formas de captação de receita, que não dependam exclusivamente do pagamento de impostos. É essencial que se olhe para Lisboa como ponto decisivo de captação de investimento e de outras formas de receita, que não dependam exclusivamente dos seus residentes. ----

----- A capitalidade tem custos, é assim em toda a parte, em toda a Europa e em grande parte do mundo, e este será o grande desafio do município no próximo ano. Criar condições para que a sua receita não dependa exclusivamente do pagamento de impostos dos lisboetas.-----

----- Mas há um segundo grande risco, como disse o Senhor Vice-Presidente e muito bem, que é naturalmente o aumento do serviço da dívida, sobretudo no que se refere aos processos Bragaparkes e EPUL, mas neste aspeto é preciso que sejamos claros, este risco é iminente político. É um risco real mas resultante de decisões com responsabilidade política. Uma por má gestão e incapacidade, como o caso da EPUL, e outra, por motivos que o tempo levará a perceber e muito provavelmente a pagar, mas isso tem vários responsáveis, mas um deles está sentado a essa mesa, que com o tempo e só com o tempo, ficaremos a saber a verdade.-----

----- O terceiro risco, último e mais preocupante, é os limites de endividamento decorrentes da Lei das Finanças Locais, embora ainda não se afirme como uma realidade é claro para todos que com estas fragilidades estruturais de receitas do município, este é um risco muito presente que colocará em causa atividade do município.-----

----- Pode bem o Senhor Vice-Presidente Fernando Medina dizer que as contas são sólidas, pode repeti-lo várias vezes e em muitas sessões de charme com os jornalistas do nosso País, mas essa solidez é feita à custa de impostos, de mais taxas e de uma expectativa de revisão da Lei das Finanças Locais. É uma solidez a prazo, dependendo do esforço dos lisboetas e da alteração do panorama político nacional, é no fundo o empurrar com a barriga até que a coisa mude, porque neste Relatório de Gestão e em todas as aparições do Senhor Vice-Presidente Fernando Medina, não há uma única palavra sobre a redução de despesa e é neste ponto que se instala o fosso da nossa divergência, se por um lado reconhecemos os riscos na comportabilidade orçamental sobretudo no lado da receita, reconhecemos igualmente que pouco ou nada se propõe para reduzir a despesa estrutural do município. -----

----- Se é certo que a transferência de competências para as juntas de freguesia, vão acarretar num futuro muito próximo um conjunto de despesa ao município que não se pode mexer, a não ser por alteração legislativa, não se verifica uma diminuição de despesa em linha com a diminuição de receita. Não é possível que Lisboa tendo em conta a conjuntura económica e a fragilidade da sua receita, reserve vinte e cinco por cento da sua despesa em fornecimentos e serviços externos, são cento e vinte milhões de euros em 2013 só nesta rubrica. É o mesmo que dizer aos lisboetas, os senhores pagam mais para o município, não para terem mais mas para corresponder aquilo que gastamos hoje, que nós pouco ou nada fazemos do lado da despesa. Poderia aqui dizer,

faz o que eu digo, não faças o que eu faço, mas não, e não faço porque somos sensíveis à dificuldade de redução da despesa, sobretudo quando ela apresenta uma estrutura de custos como a de Lisboa, mas esse é um debate que tem que ser feito e deve ser feito e que o PSD já se mostrou disponível para o fazer, encontrando com a Câmara Municipal soluções que onerem ainda menos os lisboetas.-----

----- Em segundo lugar é igualmente importante criar-se uma programação a médio prazo da venda do património do município. Estas receitas extraordinárias devem ser alvo de um planeamento, que permita ao município criar uma almofada financeira para os próximos anos e infelizmente não é isso que está a acontecer. A venda do património, que se avizinha e se perfila, tem um objetivo claro e imediato e isso vai trazer custos no futuro, sobretudo ao nível também da sustentabilidade financeira. É portanto legítimo afirmar, que face a este Relatório de Gestão e muito provavelmente à demonstração de contas de 2014, que a solidez das contas é muito condicionada, ou melhor, que a situação económico-financeira do Município de Lisboa não é sólida, e ao contrário do que se diz, não é sólida e comporta sérios riscos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT):**-----

----- “Relativamente à proposta 313/2014 que visa apreciar as demonstrações financeiras e o Relatório de Gestão de 2013 do município, nos termos dos pontos 2, 3 e 4, da parte deliberativa da proposta, o MPT gostaria de dizer que vê com preocupação a atual, e sobretudo futura, situação financeira do município. Há pouco mais de ano e meio, perante o chumbo do orçamento para 2013 por parte da Assembleia Municipal, o Senhor Doutor António Costa mostrava-se despreocupado, afirmando que não haveria drama para as finanças do município e que apenas teria mais trabalho nas reuniões da Câmara. -----

----- Estamos agora a discutir um documento que resulta de um orçamento irrealista, apesar de advir da dotação final de 2012, em resultado deste chumbo, este facto pode justificar parte dos devidos verificados da execução, mas não justifica nem mascara as tendências evolutivas verificadas, desta prestação de contas. Este documento vem confirmar aquilo que já se sabia relativamente à receita, pois não é preciso ser grande adivinho, para se saber que se iria verificar uma quebra acentuada da receita.-----

----- O efeito da política de austeridade da autoria do atual Governo, aplicada no seu período de governação, teve e tem consequências em toda a sociedade, para já não falar dos cortes cegos e do ataque ao estado social. O corte nos salários e o enorme aumento de impostos que resultaram na retração do consumo, com impactos significativos nos resultados das empresas. -----

----- Também o sector imobiliário, de onde surge parte das receitas urbanísticas, está em crise pelo menos desde 2008, a dificuldade de acesso ao crédito com os bancos a subirem a sua margem de lucro para níveis recorde e as famílias a entregarem as casas por incapacidade de suportarem os empréstimos, atirou o sector para níveis de atividade mínimos.-----

----- Foram sete anos em que a Câmara Municipal tem assobiado para o lado, tendo acordado apenas para a situação da receita no final do ano passado, quando decidiu aumentar progressivamente as taxas municipais, notícia anunciada na primeira reunião

da Assembleia Municipal após eleições. Curiosamente meses depois, o mesmo Executivo aprovou a isenção do pagamento de taxas à empresa promotora do evento “Rock In Rio” no valor de cinco milhões de euros. O MPT votou contra essa decisão por considerar, que a proposta não defendia os interesses do município e os cidadãos de Lisboa. -----

----- Assim não vimos com grande surpresa a diminuição da receita corrente, superior a vinte e três milhões nos últimos três anos, vimos sim com admiração a falta de capacidade do atual Executivo em lidar com o problema. -----

----- O argumento de que em Lisboa vivem quinhentos e cinquenta e três mil habitantes, mas têm de suportar serviços para mais de um milhão que a cidade recebe todos os dias, não é novo, é sim o resultado da política de expansão urbanística que se verificou nas últimas décadas na área Metropolitana de Lisboa e da incapacidade da cidade de estancar a sangria de habitantes para os concelhos vizinhos. Vejamos, por um lado a cidade tem mais custos pelos serviços que é obrigada a suportar, por outro também recebe mais impostos, nomeadamente a Derrama, porque é em Lisboa que estão concentradas grande parte das empresas existentes e conseqüente emprego. -----

----- O que de facto acontece é que, a cidade de Lisboa não recebe a devida compensação da concentração do património da Administração Central, enquanto a maior parte das empresas e até mesmo os privados, já sentiram o seu orçamento afetado com a reavaliação dos imóveis o Estado continua a usufruir de isenção. Segundo os últimos valores, essas isenções aos mais diversos níveis, representam um bolo de quatrocentos e vinte milhões de euros, onde com certeza o município teria direito a uma fatia significativa. -----

----- Outro facto importante que importa salientar tem a ver com o valor do IMI. Apesar do processo de reavaliação do imóvel levado a cabo pelas finanças e das respetivas expectativas de evolução positiva da receita, verificou-se que em Lisboa no ano de 2013 esse valor baixou para noventa e seis milhões de euros, o valor mais baixo dos últimos três anos, e a este cenário junta-se a perspectiva da extinção da receita do IMT até 2017, que em 2013 contribuía com setenta milhões de euros para os cofres do município. -----

----- Se olharmos para a despesa, esta tem tido um comportamento decrescente, mas a um ritmo lento, principalmente quando comparado com o comportamento da receita. Em termos de despesa corrente verificou-se uma diminuição de cerca de cinco milhões de euros, enquanto a despesa de capital teve uma diminuição significativa, diminuição esta, resultante do uso dos cerca de trezentos milhões de euros, provenientes do memorando assinado com o atual Governo para amortizar as dívidas de médio e longo prazo. -----

----- O atual executivo tem vindo a apostar afincadamente no processo de Reforma Administrativa, convencido que a transferência de competências para as juntas de freguesia vai trazer ganhos de eficiência capazes de baixar os indicadores de despesa. O MPT tem dúvidas dessa solução, até porque os indicadores que vamos tendo deste processo refletem precisamente o contrário, com a Câmara a ter de reforçar recursos

humanos após a transferência para as juntas, agravando assim a tendência que já se verificava.-----

----- Com este nível de despesa, o atual executivo corresponde com uma das mais baixas taxas de cumprimento do plano de atividades, de sempre, inferior a cinquenta por cento. Ao nível do PPI temos taxas de execução baixíssimas, o eixo “Cidade Amiga” teve uma taxa de execução de trinta por cento, o do “Bons Serviços Urbanos” uma execução de trinta e nove por cento e por fim o Eixo de “Uma Cidade de Oportunidades” de trinta e um por cento. A baixa execução destes eixos pode ser justificada por alguns programas, nomeadamente no que dizem respeito à proteção e segurança, taxa de execução de vinte por cento, à rede viária onde se incluía a manutenção, taxa de vinte por cento, o espaço público de proximidade, taxa de execução de onze por cento, mas o mais gritante e preocupante assenta na programação da ação social, como é possível este eixo apenas ter tido uma taxa de execução de quarenta e seis e meio por cento, quando estamos a viver num clima de precaridade e de pobreza, estes números são também traduzidos pela baixa execução do PPI por orgânica. O Departamento de Habitação e Desenvolvimento Social dezoito por cento, o de Proteção Civil e Socorro doze por cento, o de Ambiente Urbano quinze por cento, o de Modernização e Sistemas de Informação vinte e três por cento, a Polícia Municipal zero vírgula quatro por cento. Resta acrescentar que das duas uma, ou existia uma ordem para não executar o PPI, ou o planeamento foi uma autentica falácia.-----

----- Relativamente às empresas municipais o MPT nesta Assembleia Municipal, já teve oportunidade de expressar a sua posição à liquidação da EPUL, pois será mais uma fatura significativa que o município terá de assumir e incrementar o passivo que já apresenta uma tendência de subida, também o caso Bragaparcos dará em breve um forte contributo.-----

----- A Câmara de Lisboa apresentou no final de 2013 um passivo de mil quatrocentos e vinte milhões de euros, contrariamente a 2012 que tinha apresentado mil duzentos e oitenta e cinco milhões de euros, portanto um incremento de cento e trinta e cinco milhões. Enquanto os trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa vêem os seus salários reduzidos, verificamos que aumentou significativamente a despesa com o pessoal nas empresas municipais para níveis pouco recomendáveis. A EGEAC viu os custos de pessoal subir mais de um milhão de euros desde 2010, a EMEL apesar do número de funcionários se ter mantido quase igual, também sobe as despesas com pessoal em mais de um milhão de euros, a EPUL que se encontra em fase de liquidação, apesar de ter reduzido o número de empregados, tem entre 2000 e 2013 um incremento de mais de dois milhões de euros, a Gebalis e a SRU têm alguma estabilidade evolutiva.-----

----- Meus Senhores e minhas Senhoras, apesar do atraso de cerca de quatro meses na entrega deste documento, justificado com problemas informáticos, trata-se de um documento cheio de reservas por parte do revisor oficial de contas, que em termos gerais se caracteriza por informação incompleta ou ausência total de informação, sobretudo em questões ligadas ao património municipal, mas o que nos parece mais preocupante é a ausência de informação relativa ao Inventário de Bens, Direitos e

Obrigações Patrimoniais, o que reconfigura o incumprimento legal previsto na Lei 75/2013 em conjugação com o Decreto-Lei 51A de 99. Trata-se de uma informação determinante para avaliar a real situação das contas do município, seja em 2013 ou nos exercícios onde esta informação não esteja presente. -----

----- Em suma, o presente documento vem confirmar as reservas e preocupação levantada pelo MPT, aquando da discussão da proposta 890/2013 sobre a autorização para a contratação de empréstimo a curto prazo em 2014, no montante de quarenta milhões de euros, para fazer face a necessidades de tesouraria e na sequência do encaixe financeiro, do memorando de entendimento com o Governo sobre os terrenos do Aeroporto e do CCB. Contrariamente ao que o Executivo afirma, este documento prova que o Município de Lisboa não tem a situação controlada do ponto de vista financeiro, nem tem uma situação sólida do ponto de vista da dívida.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim (CDS-PP):**-----

----- “Não é necessário ter muita memória para recordar as várias campanhas a que o candidato, na altura António Costa, apresentava a obra do próprio como exemplo de gestão equilibrada, recordo até que chegou a justificar a total inércia nos dois primeiros anos do seu mandato, com o facto de estar a arrumar a casa do ponto de vista financeiro. -----

----- Porém, o relatório aqui apresentado demonstra que as contas do município estão longe de estar equilibradas e arrumadas, como Vossa Excelência mais uma vez anuncia.-----

----- A solidez, que tem sido o termo mais utilizado para definir a situação atual das contas do município nesta proposta, é uma mera ilusão que não se compagina com os elementos de risco e incerteza quanto ao futuro da autarquia, constantes deste relatório.-----

----- Ali verificamos uma taxa de execução muito baixa, uma opção política de não reduzir a despesa, a desvalorização que este Executivo faz da capacidade que o município tem em obter receita, quando isenta a totalidade de taxas de eventos comerciais cuja receita seria um contributo aos cofres do município, não admira pois que a taxa de receita cobrada ronde apenas os sessenta por cento, um valor claramente inferior ao desejável. -----

----- Existe hoje alguma preocupação e atitude para aumentar a taxa de receita cobrada. Afinal a única solidez radica no conhecimento de que temos menos receita, mais dívida e uma evidente falta de soluções. Para quem pretende ser alternativa ao destino do País, parece revelar ausência de soluções. -----

----- O Portal da Transparência Municipal não deixa dúvidas, ali, afirma-se que a Câmara Municipal de Lisboa tem uma dívida de quinhentos e cinquenta e nove milhões de euros, imagine-se que o meu filho recém-nascido já deve mil e sessenta e seis euros, por conta do virtuosismo da gestão autárquica Socialista, muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Também acaba de chegar a esta Assembleia Municipal, um conjunto de propostas que pressupõem a futura venda de património pertencente ao município. A alienação de património que com sucesso pode render sessenta milhões de euros, até pode

merecer a nossa concordância se se destinar à diminuição da dívida, porém, parece-nos que para além de ser apenas um pequeno contributo, não é certamente a solução que resolve a longo prazo, e essa sim, é a principal preocupação que este relatório nos mostra. -----

----- Sabemos também que a estrutura da receita está desatualizada face à realidade do município, e aceitamos que pudessem e devessem ser criados elementos de estabilização para efeitos de crise, mas quais são as soluções que este Executivo propõe? Até à data pouco se conhece. -----

----- Importa referir também que a falta de apresentação do Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e a respetiva avaliação, contínua por concluir, revelando um incumprimento legal e que, por este motivo, o CDS-PP apresentou na altura uma proposta de alteração à proposta 313/2014 que foi rejeitada pela maioria. Na altura o Senhor Vereador Fernando Medina comprometeu-se a fazer um ponto de situação, o que até à data não aconteceu. O apuramento deste valor é importante, para se conhecer o montante exato dos ativos da Câmara, e com rigor, o resultado do exercício de 2013. A apresentação de contas de 2013 prova que o Senhor Presidente António Costa não arrumou a casa, não colocou as contas em ordem e pior que isso, desperdiçou o impacto financeiro resultante do memorando de entendimento com o Estado Português no valor de duzentos e oitenta e sete milhões de euros. -----

----- Nas despesas por natureza não se verificam globalmente os ganhos significativos, até os próprios recursos humanos são fundamentalmente substituídos por *outsourcing*, o que em nosso entendimento é uma má opção, não tendo assim qualquer impacto na redução da despesa. Para culminar, a dívida a terceiros de médio longo prazo sem o efeito memorando atinge o montante de seiscentos e sessenta e cinco milhões, que corresponde a um significativo aumento de vinte e um por cento do passivo face ao ano anterior. Isto sim é obra, apesar de não ser daquelas que Vossa Excelência tanto gosta de inaugurar em véspera de eleições.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE):** -----

----- “Temos hoje para apreciação e votação, dois documentos de indiscutível relevância para o conhecimento e valoração do governo da cidade de Lisboa no ano transato, o Relatório de gestão e as Demonstrações Financeiras respeitantes a 2013, bem como a aplicação de resultados através da proposta nº 313/2014. -----

----- Quando se examina o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras do exercício municipal, não se está a analisar apenas, ou principalmente, um conjunto de números ou de indicadores. O que esses documentos e esses números e indicadores expressam e quantificam são os valores, as políticas, as estratégias, as prioridades, as atividades desenvolvidas pelo executivo municipal. -----

----- O que tais documentos, números e indicadores refletem são as oportunidades, impertinência e atuação à realidade dos objetivos e das medidas aprovadas. Nos factos financeiros mais relevantes há a registar, começando pelo balanço e demonstrações de resultados, regista-se que o ativo líquido municipal se situa em três mil e seiscentos milhões, com um aumento face a 2012 de cento e treze milhões e seiscentos mil euros, o passivo regista um aumento de oitenta milhões e duzentos mil euros, tendo-se

agravado o passivo total em cento e trinta e cinco milhões e cem mil euros, ou seja, mais dez e meio por cento em relação a 2012. Por outro lado, a taxa de execução das despesas de investimento é de apenas trinta por cento. -----

----- Estamos perante um orçamento transposto de 2012, que até era mais robusto financeiramente e que até deixou o nosso Presidente bastante satisfeito. -----

----- Registe-se que o plano de investimentos do município em 2012 teve uma taxa de execução bastante baixa, cinquenta vírgula um por cento. Dissemos então na altura que compreendemos a necessidade de, em situação de crise como a que vivemos, haver um acompanhamento mais apertado da execução da receita e da execução da despesa, inclusivamente da despesa de investimento. Ter em conta a evolução da receita, mas ao mesmo tempo e tendo em conta tudo isto, não se pode deixar de referir que a Câmara podia e devia ter executado bastante mais. A reduzida taxa de execução do Plano de Investimentos tem ainda outro significado, significa que a Câmara Municipal de Lisboa não contribuiu, como devia e podia, para dinamizar a atividade económica da cidade, para apoiar a atividade empresarial, para combater o desemprego em Lisboa, dissemos então. -----

----- Por outro lado constata-se uma incapacidade em realizar bens de investimento e a previsão eram cento e sessenta milhões de euros, tendo-se realizado apenas menos quinze milhões de euros. O serviço da dívida em análise desceu setenta e nove vírgula cinco por cento, com valor de setenta e três milhões e setecentos mil euros. O endividamento líquido municipal consolidado, portanto, já com as empresas municipais, incluindo a EPUL, foi de cento e quarenta e seis milhões e seiscentos mil euros, o que corresponde a uma utilização de quarenta e cinco vírgula um por cento da capacidade legal de endividamento municipal. Todas as empresas municipais tiveram resultados de exploração positivos, exceto a EPUL. O município transferiu nove milhões e oitocentos mil euros para as empresas municipais, para contratos de programas de exploração e no caso da EPUL, para uma antecipação de prejuízos. Como muito bem sabemos e conhecemos, estamos perante uma decisão iminentemente política. Como vemos foi diferente de empresas municipais, com elaboração e concretização de contratos de programa de exploração, exceto a EPUL, cuja decisão foi de extinção. -----

----- Pelo Relatório Consolidado, a EPUL tem um resultado negativo de sete milhões e quatrocentos mil euros, no entanto todo o seu património foi reavaliado legalmente em trezentos e cinquenta milhões de euros, mas a única coisa que nos é transmitida, é que há uma comissão liquidatária que está a cumprir um plano de liquidação aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa, e que o património está a ser alienado de forma a liquidar o passivo. A única coisa que vemos é a venda em hasta pública de sete imóveis na passada quinta-feira e a intenção da venda de terrenos no Vale de Santo António, da EPUL, por parte da Câmara Municipal de Lisboa. Esta é uma situação bastante confusa ou propositadamente confusa, que gostaríamos de ver esclarecida. ----

----- A outra parte que gostaríamos de ver esclarecida é sobre o imobilizado do município, porque se encontra ainda em fase de regularização, tendo-se procedido durante o corrente ano a diversos ajustamentos implicando aumentos, abates e

transferências de bens. A regularização dos bens do imobilizado do município, ainda não permitiu identificar os bens, valorizados em cerca de oitocentos e quarenta e um milhões e quinhentos mil euros, que apesar de registados contabilisticamente o resultado do valor líquido poderá ser substancialmente inferior. -----

----- Passados então treze anos, então porque continuamos sem regularizar os bens imobilizados? -----

----- As finanças da Câmara Municipal de Lisboa estão sólidas, dizem-nos, mas o que é um facto é que o que nos é apontado é a realização de operações de cariz extraordinário de venda ao desbarato de património, como se o mercado estivesse a animar, como se a crise não subsistisse, em que os investidores *Gold* estivessem em cada esquina. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa, não só não aprendeu nada com a crise e os mercados, nem com a tentativa de constituição de um fundo fechado de gestão imobiliária, que foi ao fundo, então também concebido com um objetivo de diminuir o passivo municipal. -----

----- Continuar uma política de construção e crescimento da cidade baseada na especulação imobiliária, caracterizou as últimas duas décadas, é e foi errado. Acresce que a premissa que sustenta esta tese, a da disponibilidade dos investidores com capacidade de financiamento para obras de reabilitação urbana e construção nova, é falsa. Este mercado não existe, está em recessão profunda, não existe esta dinâmica e não vai existir nos próximos tempos. -----

----- A cidade precisava e precisa é de um plano ambicioso e de uma estratégia para a reabilitação e regeneração urbana. A cidade precisa de novas soluções, de novas políticas, para combater os problemas que vêm agravando no tempo e de enfrentar novos problemas, e hoje, há consenso entre um conjunto alargado de forças políticas e sociais, de que a reabilitação urbana pode proporcionar a disponibilização de habitações com custos muito reduzidos, com a construção nova de casas e com prazos mais curtos. A especulação imobiliária é o problema, não é a solução. -----

----- Lisboa precisa de pessoas, as pessoas precisam de Lisboa.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Emília Serra (PEV):** -----

----- “A presente Proposta procura proceder à aplicação do resultado líquido do exercício do Município de 2013, sendo cinco por cento destinado para Reservas Legais e os restantes noventa e cinco por cento para os denominados Resultados Transitados. Parte deste valor, cerca de vinte e três por cento, destinar-se-á a regularizações de registos de imobilizado, anteriores a 1980. -----

----- Contudo, dos nove milhões oitenta e um mil seiscentos e noventa e três euros e quinze cêntimos apurados nas demonstrações financeiras da Câmara, o parecer do Revisor Oficial de Contas (ROC) levantou dúvidas em diversas rubricas respeitantes às contas de 2013, num valor aproximado de um milhão sessenta e três mil e setecentos euros. -----

----- Desse total, o ROC coloca em causa oitocentos e quarenta e um milhões e quinhentos mil euros relativos a “bens valorizados desconhecidos”, mais os proveitos diferidos, que incluem subsídio de investimento, no valor de cento e setenta e três

milhões e quinhentos mil euros, a que crescem quinze milhões respeitantes a custos diferentes relativos a obras coercivas e “com antiguidade” e ainda vinte e nove milhões e setecentos mil euros que dizem respeito a “montantes faturados por terceiros ao município, registados patrimonialmente, mas sem registo nos compromissos orçamentais”. -----

----- Depois, com base ainda nos documentos oficiais do executivo, constata-se divergências entre os valores apurados pelo Relatório de Gestão de 2013 e os valores dos contractos divulgados no Portal Base, detetando-se valores e variações diferentes para a mesma rubrica. O maior desvio verifica-se entre o montante global dos contractos assinados e as despesas em aquisição de bens e serviços da autarquia. -----

----- Também de acordo com o relatório anual da Comissão para a Promoção das Boas Práticas de 2013, o Município gastou mais de duzentos e trinta e cinco por cento do que em 2012, em aquisição de bens e serviços através da central de compras municipal e nos ajustes diretos feitos pelos diferentes serviços com a adjudicação de empreitadas. -----

----- Um panorama que não augura uma imagem favorável do exercício camarário.-----

----- Acresce que para além destes números, a própria autarquia prevê que irá registar, no ano corrente, uma queda de cerca de cento e cinquenta e quatro milhões de euros na receita estrutural, admitindo que por este facto, intenta proceder a uma apressada e quase indiscriminada alienação de um vasto pacote de ativos patrimoniais, que esta Assembleia Municipal aqui terá também de analisar em breve. -----

----- E lá se vem defendendo que "a situação financeira da Câmara de Lisboa é sólida". Mas a CML não se pode esquecer que essa dita solidez beneficiou da assinatura de um memorando de entendimento com o Governo, em 2012, em que o Estado reconheceu dever quase trezentos milhões de euros ao Município, onde se incluíam os terrenos do Aeroporto. E que foi esse dinheiro que serviu, sobretudo, para baixar a dívida do Município. -----

----- Para além disso, a CML assumiu a dívida da EPUL em processo de liquidação, mais a dívida da Câmara à Parque Expo, mais a assunção dos custos pela aquisição do Convento do Desagravo e mais alguns milhões por um empréstimo do Banco Europeu de Investimento à SRU Ocidental, levando ao aumento da dívida em cerca de oitenta milhões de euros entre 2012 e 2013. O executivo reconhece ainda a diminuição das receitas do Município, nomeadamente fiscais, bem como elevadas custas com processos judiciais, designadamente com o processo da Bragaparkes. A autarquia queixa-se, finalmente, de algumas das medidas do Governo que afetam o sector autárquico, nomeadamente o fim das receitas do IMT. Daí que a CML já tenha vindo anunciar a sua compensação com a criação de uma nova taxa sobre os resíduos sólidos, a pagar pelos lisboetas, claro!-----

----- Em síntese, identifiquemos alguns números da execução orçamental.-----

----- Tanto os níveis de investimento, como os níveis de execução da receita prevista foram particularmente baixos, rondando, neste caso, os cerca de sessenta por cento. Nas ‘Atividades Desenvolvidas’, se o eixo ‘Bons Serviços Urbanos’ se ficou por uns trinta e nove vírgula quatro por cento, já o eixo ‘Cidade de Oportunidades’ se ficou por uns meros trinta e um vírgula um por cento, enquanto o eixo ‘Cidade Amigável’ se

quedou por uns sofríveis vinte vírgula três por cento. Por seu turno, enquanto a rubrica ‘Rede Viária’ apenas atingiu vinte e um vírgula seis por cento, já a rubrica ‘Espaço Público de Proximidade-Calçadas’ não excedeu uns sofríveis onze vírgula cinco por cento. E utilizamos sofríveis no sentido de dor para os lisboetas. Também o ‘Parque Habitacional Municipal’ teve uma taxa de execução de apenas treze vírgula oito por cento e o item coletividades da área desporto se fixou nuns elevadíssimos cinquenta e seis por cento. Ou seja, nem os mínimos olímpicos foram cumpridos. -----

----- Em contrapartida, a dívida aumentou em todas as maturidades. Ou seja, no final de 2013 o ativo líquido municipal tinha registado um aumento de cento e treze milhões e seiscentos mil euros, para chegar aos três mil e seiscentos milhões de euros. Todos reconhecem que o aumento do passivo não é um sinal positivo. Em 2013 este fixou-se em mil quatrocentos e vinte milhões de euros tendo tido um crescimento de cento e trinta e cinco milhões de euros, ou seja, mais dez vírgula cinco por cento em relação a 2012, devido, sobretudo, ao aumento das dívidas a terceiros e de empréstimos de médio e longo prazo. -----

----- Ainda assim, a atual gestão camarária ensaia uma explicação. Excluindo as provisões e diferimentos, verba reservada pela autarquia para processos judiciais, o aumento fica-se pelos oitenta milhões e duzentos mil euros, sendo vinte e dois milhões e quinhentos mil euros resultantes da absorção do passivo de médio/longo prazo da EPUL, vinte e dois milhões e oitocentos mil euros do pagamento da Parque Expo, cinco milhões e setecentos mil euros pagos pela SRU Ocidental ao IHRU/BEI e ainda pelo protocolo com a Estamo, relativamente ao Convento do Desagravo no valor de dezassete milhões e oitocentos mil euros. -----

----- O que ressalta afinal nas Demonstrações financeiras e no Relatório de gestão de 2013? -----

----- A receita ficou cerca de trinta e três vírgula cinco por cento abaixo do valor orçamentado e a receita de capital terá ficado por menos de setenta por cento, apesar do negócio com os terrenos do Aeroporto. O total cobrado de quinhentos e setenta e dois milhões de euros corresponde a uma taxa de cinquenta e oito vírgula oito por cento da receita prevista, com uma quebra face a 2012 de duzentos e oitenta e sete milhões de euros. Estes valores, quando comparados com 2012, resultam influenciados pelo facto de nesse ano terem sido cobrados duzentos e setenta um milhões de euros nas outras receitas de capital, com a venda dos terrenos do Aeroporto, e embora a CML reclame ainda a assunção da dívida da EPUL, já não faz referência quanto ao elevado valor patrimonial que lhe advém com a extinção da empresa pela comissão liquidatária. -----

----- Como o passivo aumentou, por consequência a situação financeira da CML não melhorou. Com isto, agravaram-se os problemas da cidade e dos munícipes, faltou uma estratégia de recuperação e desenvolvimento da cidade, piorou a reabilitação do tecido urbano e favoreceu-se a especulação imobiliária. -----

----- O Grupo Municipal de “Os Verdes” vê por isso, com preocupação, as incongruências de alguns dos números apresentados e o desacerto das políticas do executivo camarário, alertando que um outro caminho em prol da cidade e dos lisboetas é possível.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Lobo (PS):**-----

----- “O Grupo Municipal do PS faz uma apreciação positiva das contas do município para o ano de 2013, que hoje somos chamados a apreciar. -----

----- Saliento antes de mais as condições macroeconómicas adversas que enquadram o exercício de 2013, no qual se destaca uma redução do PIB em um vírgula quatro por cento, constituindo assim o terceiro ano consecutivo de recessão económica e resultando na distribuição e na diminuição acumulada da riqueza nacional em mais de seis por cento. -----

----- É neste contexto que assume uma particular relevância a redução do prazo médio de pagamento a fornecedores para setenta e dois dias, o mais baixo do quadriénio 2010-2013, que permitiu seguramente a muitas empresas da cidade minorar as suas dificuldades, e porventura assegurar a manutenção de postos de trabalho, num cenário tão adverso. -----

----- Destaco igualmente o facto de o montante total da dívida a fornecedores se ter novamente reduzido, situando-se no final de 2013 em cerca de cinquenta e sete milhões de euros. Quando o Senhor Doutor António Costa assumiu as funções de Presidente da CML em 2007, essa mesma dívida a fornecedores rondava os quatrocentos milhões de euros, repito Senhora Presidente, quatrocentos milhões de euros. Para todos os que invocam a sorte, a lotaria, a prenda, a fortuna do atual Presidente pela enfrense generosidade do Governo a propósito da alienação dos terrenos do Aeroporto de Lisboa, sublinhe-se que o encaixe resultante dessa operação permitiria pagar pouco mais do que metade desta dívida, tal a magnitude da mesma, a de 2007 claro.-----

----- Não posso deixar de referir o aumento da despesa de investimento, em 2013 setenta e sete milhões de euros, quando como todos sabemos, o investimento público em Portugal vem sendo reduzido a cada Orçamento de Estado, ano após ano, a proporções cada vez mais irrelevantes. Algumas forças políticas da oposição, como o Senhor Deputado Municipal da UDP, enfatizaram o aumento da dívida de médio e longo prazo da CML, escamoteando o facto de a ser deduzido o efeito de integração da EPUL, essa dívida manter a trajetória descendente dos anos recentes, registando assim uma redução de mais de três milhões de euros face a 2012.-----

----- Merece também ser evidenciada a utilização muito reduzida em 2013 do limite de endividamento municipal, da ordem dos quatro por cento, que contrasta de forma gritante com a situação encontrada em 2007 pelo Senhor Presidente António Costa, em que a CML ameaçava explodir o limite de endividamento líquido, e por esse facto, ver fortemente reduzidas as transferências provenientes do Orçamento de Estado, outro presente do PSD, este menos badalado e devidamente esquecido por alguns. -----

----- Destacaria ainda a situação financeira positiva da larga maioria das empresas municipais, como já referido pelo Senhor Vereador, devidamente capitalizadas e com resultados líquidos positivos.-----

----- Igualmente satisfatória, na minha perspetiva, é a redução sustentada do número de funcionários do município para cerca de nove mil no final de 2013, uma redução de

dez por cento face ao ano de 2010, efetuada essencialmente por um controlo rigoroso de admissões. -----

----- Conviria nesta matéria de gestão de recursos humanos, clarificar a posição dos partidos do Governo aqui representados, PSD e CDS-PP, sobre se preconizam o aumento do horário de trabalho para quarenta horas na CML, e sobre se pretendem ver aqui implementados os programas de rescisões que já praticaram na Administração Central, com adesão reduzida, e que a maioria alargou agora à esfera municipal. -----

----- Conviria aliás que o Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo detalhasse um pouco mais que medidas tem em perspetiva para, enfim, reduzir a despesa e para cortar as gorduras, porque de facto, parece-me um pouco colonizado pela vossa estratégia a nível central com os resultados, os maus resultados, os péssimos resultados que todos nós conhecemos. -----

----- Naturalmente que há elementos e dados constantes nas demonstrações financeiras que aqui apreciamos, que suscitam apreensão e preocupação no Grupo Municipal do Partido Socialista, nomeadamente a degradação da receita estrutural do município, menos cento e quarenta milhões de euros face a 2010. Esta reflete não só a recessão dramática em que o País está mergulhado e da qual, ao contrário de outros, não vislumbramos sinais suficientes de saída, como também uma arrecadação de receita relativamente ao IMI, francamente inferior ao que tinha sido previsto pelo Governo. ---

----- Reafirmamos assim a nossa disponibilidade, já manifestada no início do mandato, para uma reflexão alargada nesta Assembleia Municipal, sobre o modelo de financiamento futuro da nossa cidade e para a ponderação de um conjunto de questões, que têm merecido uma reflexão séria por parte do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Vereador das finanças, nomeadamente, que alternativas para a anunciada extinção do IMT a partir de 2016 e 2017? A possibilidade de o município obter uma parte da receita do IVA cobrado no município. A possibilidade de afetar às receitas do município não só parte das receitas do IRS dos residentes, mas também daqueles que diariamente aqui trabalham. A desadequação do novo Fundo de Apoio Municipal, em que metade dos encargos de constituição cabe aos municípios. O impacto negativo da diminuição drástica do endividamento dos municípios. E acrescentaria eu, a avaliação devida do impacto dos chamados “Visa Gold”, nomeadamente sobre as distorções que este alegado investimento estrangeiro pode criar no imobiliário da cidade, concorrendo para uma maior especulação e constituindo-se assim como um obstáculo à fixação de famílias jovens na nossa cidade. -----

----- Termino Senhora Presidente, congratulando-me com os resultados positivos que aqui registamos e deixando apenas duas notas à Senhora Deputada Municipal do CDS. Primeiro era bom que existisse uma concertação de posições nesse partido, porque efetivamente o Senhor Vereador do CDS na Câmara Municipal de Lisboa, reconheceu que houve um esforço e um trabalho positivo de arrumar a casa e de consolidação das finanças do município, isto em sede de discussão do orçamento. E por outro lado deixar também uma novidade à Senhora Deputada Municipal, é que o seu filho recém-nascido, de acordo com os dados do Eurostat de hoje, é a criança ou faz parte de um

País que neste momento, regista o segundo maior aumento da dívida e não é por culpa certamente da Câmara Municipal.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP):**-----

----- “O sexto ano do consolado PS-António Costa, ano de eleições, confirmou a incapacidade geral para resolver os problemas da cidade e responder às necessidades das populações. Verificou-se mesmo uma redução de atividade no ano de 2013, com limitação do serviço público, quer em quantidade quer em qualidade. -----

----- A contra organização dos serviços municipais e a liquidação da sua capacidade de ação, foram evidentes. No ano de 2014, a chamada organização administrativa da cidade, só serviu para tornar mais visível a inoperância desta direção da cidade.-----

----- Fica patente na análise dos níveis de execução de cada área, que nos âmbitos mais relevantes para a cidade, os valores alcançados são quase indigentes. Espaço público, proximidade, calçadas onze vírgula cinco por cento, rede viária vinte e um vírgula seis por cento, habitação e reabilitação urbana dezanove vírgula três por cento, mobilidade e transportes dez vírgula nove por cento. -----

----- Mesmo na ação social, que se tornou numa das principais prioridades da cidade, com o aumento da pobreza e a rutura dos equilíbrios internos das famílias, fruto da política de direita do atual governo PSD-CDS, teve uma execução de quarenta e seis vírgula cinco por cento, na verdade, a redução da atividade não deve ser atribuída exclusivamente à redução da receita, que naturalmente tem reflexo no nível da despesa.-----

----- A atividade ficou abaixo do previsto para 2013 e foi significativamente inferior ao ano anterior, mesmo expurgando o efeito do memorando de entendimento, o que é um evidente prejuízo para os munícipes da nossa cidade. Se tivesse sido valorizada a prestação do serviço público, por certo, outras receitas e financiamento teriam sido obtidas. -----

----- Outro aspeto da análise do ano de 2013 é a orientação seguida nos recursos humanos com uma redução do número de trabalhadores, que deu continuidade à redução dos três anos anteriores. Foi na intervenção pública, onde se verificaram as quebras mais acentuadas e os efeitos foram mais visíveis, como seja a higiene e limpeza e a intervenção nos jardins e espaços públicos. -----

----- Com os mesmos meios financeiros disponíveis em 2013, era possível ter feito mais e melhor. -----

----- Do ponto de vista estritamente financeiro, a situação não apresenta qualquer evolução significativamente positiva, com ligeira melhoria do ponto de vista patrimonial e do ativo líquido. -----

----- O passivo teve significativas entradas, de quais se destaca a solução do passivo da EPUL. -----

----- Quanto aos riscos financeiros graves que estão pendentes, é uma caixa de Pandora em suspenso.-----

----- Já se avizinha um leilão ao desbarato do património municipal.-----

----- É a gestão do PS de António Costa. -----

----- A procura de equilíbrio financeiro a todo o custo, como objetivo em si mesmo, põe em causa os interesses dos munícipes e quando estes são desprezados, o que vale o equilíbrio de contas?-----

----- Devemos salientar que o atraso técnico na entrega das demonstrações financeiras do relatório, não releva as várias críticas da certificação legal de contas, antes pelo contrário, o alargamento do prazo de entrega não serviu à melhoria e rigor dos mesmos.-----

----- Coerentemente, o Grupo Municipal do PCP votará contra a proposta 313/2014.”--

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “A Mesa tem aqui registo de intervenções de segunda ronda do PSD e do PCP. Não temos registo de intervenções do PNP, do PAN e os Independentes também não se inscreveram, pelo que se não houver novidades em matéria de inscrição destas três últimas entidades que referi, a Mesa pergunta à Câmara se quer responder já no final desta ronda e passamos à nova ronda ou se quer reservar-se para o final? O Senhor Vice-Presidente responde já nesta ronda, tem a palavra.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente, Vereador Fernando Medina:**-----

----- “Eu começaria pela questão relativa às taxas de execução do orçamento, que foi aqui levantada pelos Senhores Deputados Municipais.-----

----- A questão merece de certeza absoluta, talvez um sorriso e uma grande ironia, porque os Senhores Deputados Municipais não podem fazer três coisas em simultâneo que aqui fazem.-----

----- A primeira é chumbar o orçamento, a segunda é em ano de eleições dizer, “gastase demais porque estão em ano de eleições”, e chegamos à apresentação das contas e dizem, “que miséria”, porque a taxa de execução é muito baixa.-----

----- Estas três coisas em simultâneo, decorrentes exatamente do mesmo facto, são absolutamente impossíveis de serem geridas, se não com muita ironia e um sorriso, porque o orçamento que vigora em 2013, foi chumbada a proposta da Câmara, por isso vigorou um orçamento anormalmente elevado porque tinha as receitas e as despesas do Aeroporto, depois queixaram-se durante o ano, “ai que é ano de eleições e a Câmara está a gastar muito dinheiro”, e agora chegam aqui e dizem, bem a taxa de execução é baixa, mas pudera, a taxa de execução é baixa porque compara com um orçamento que era muito elevado. Por isso não sei bem que mais resposta é que possa ter. Podemos correr todas as rubricas do orçamento, uma a uma, alínea a alínea, é óbvio que as taxas comparadas com a execução orçamental, com o orçamento inicial, são naturalmente baixas, mas decorrem de uma base de partida que não era real e responsabilidade do orçamento que vigorou.-----

----- A segunda nota que gostava de deixar, prende-se com a análise dos grandes números patrimoniais da Câmara, do ativo, do passivo e da situação líquida. Estes números, nomeadamente o ativo e a situação líquida, são para uma Câmara Municipal o que eu chamaria de indicadores de importância de segunda ordem. Isto é, a Câmara Municipal não é uma empresa, não é uma entidade lucrativa, não se mede o seu desempenho por apresentar resultados operacionais ou resultados líquidos muito elevados, até porque esses resultados dependem muitas vezes de fatores de valorização

que são absolutamente externos e que pouco nos dizem sobre a solidez financeira do município. Isto é, eu posso fazer uma alienação de um ativo, se ele estiver com uma valorização muito baixa, é evidente que os resultados serão muito elevados, o que é que isso significa? Significa que eu estou melhor? Não, não significa. Significa que na contabilidade ele estava valorizado de determinada forma. É por esta razão aliás, que a Câmara Municipal, nunca destacou nesta apresentação de resultados o facto de nós dispormos de uma situação líquida de dois mil duzentos e dezanove milhões de euros positiva, que faria corar de inveja qualquer grande empresa ou instituição deste País. Poderíamos até contar pelos dedos das mãos quantas empresas, quantas instituições têm uma situação líquida positiva de dois mil duzentos e dezanove milhões de euros. Bem, porventura nesta altura não encontrariam nenhuma, ou muito poucas. Mas não ouviram aqui ninguém da Câmara Municipal vangloriar-se deste facto, porquê? Porque de facto, a diferença da valorização do ativo, isto prende-se com a resposta a uma das questões que foi suscitada, não é um indicador de segunda ordem da avaliação da nossa situação. Da mesma maneira como muitos dos Senhores Deputados Municipais dizem, “bem, mas o passivo aumenta, temos aqui que o passivo aumenta”, quando muito generosamente dizem “mas no mandato de António Costa o passivo mantém-se”, bem, mas com franqueza, com o mesmo rigor que vos digo que não utilizamos a situação líquida, também com o mesmo rigor, é preciso ver que a evolução do passivo ou a sua manutenção, não é o indicador mais relevante do ponto de vista da situação financeira do município. Porquê? Porque as rúbricas que crescem na evolução do passivo são por um lado as provisões, e nomeadamente a alteração do critério de provisões que ocorreu em 2009, mas talvez mais importante e mais sintomático, que é a introdução nas contas da Câmara do contrato com a SGAL para a urbanização da Alta de Lisboa. Este contrato não estava inserido nas contas da Câmara até 2008, é inserido nas contas da Câmara em 2008, e é inserido com um processo equivalente no ativo e no passivo, o que é que acontece? Nós comparamos o passivo de 2007 com o passivo de 2013, ele verdadeiramente tem uma dimensão que é parecida, mas do ponto de vista material. Do ponto de vista da relevância da situação da Câmara é a mesma situação? Não, não é a mesma situação, é que a dívida, isto é, a parte relevante do passivo da Câmara Municipal de Lisboa, era de novecentos e sessenta e seis milhões de euros em 2007 e hoje é de quinhentos e quarenta e quatro milhões, isto é, a dívida da Câmara Municipal de Lisboa reduziu-se em quatrocentos e vinte e dois milhões de euros. O valor mais significativo de todos os municípios portugueses, e um valor muito superior ao resultado líquido da alienação do processo do Aeroporto.-----
----- A crítica que é feita, de que a Câmara Municipal de Lisboa nestes anos beneficiou extraordinariamente duma receita, que ainda por cima, dizem alguns, que não a soube aproveitar. O que os números todos demonstram, é precisamente o contrário. Não só beneficiou dessa receita e da preservação do ativo que permitiu essa receita, da negociação que foi feita, mas além disso, conseguiu uma redução da dívida relevante de cento e setenta e cinco milhões, já incluindo aqui, os efeitos da subida da dívida de 2013. -----

----- Por isso Senhores Deputados Municipais a contabilidade é sempre uma área, do ponto de vista da nossa atividade, que permite várias leituras e vários debates. Acho que nos devemos concentrar relativamente àqueles indicadores, que são os indicadores mais importantes, do ponto de vista de nos mostrarem uma real situação, uma situação verdadeira que relata com mais verdade e mais rigor, a situação real do município. -----

----- Gostava em terceiro lugar de referir o seguinte, referem alguns Senhores Deputados Municipais “há um aumento das despesas com pessoal e há um aumento das despesas com pessoal nas empresas”. Bem, há de facto um aumento das despesas com pessoal em 2013 e haverá também um aumento das despesas com pessoal em 2014, mas eu não sei quem é que anda distraído, e que não viu que a Câmara Municipal de Lisboa e as empresas municipais, estão ao abrigo da lei portuguesa e estão ao abrigo das decisões do Tribunal Constitucional, que em 2013 determinaram a reposição do subsídio de férias e que em 2014, também decretando a inconstitucionalidade das medidas determinaram a remuneração total dos trabalhadores. Por isso é natural que esta decisão positiva, fazendo eco do que é a opinião de uma parte desta câmara, que é também naturalmente a minha opinião, isso traduz-se num aumento da rubrica das despesas com pessoal. Não é outra razão que não esta e não tem nenhuma explicação adicional. -----

----- Gostava também ainda sobre as despesas com pessoal, salientar um outro aspeto, que é, vigorou em 2013, as instituições públicas foram alvo, aliás, como em 2014 também, por isso, estou já a antecipar críticas que possam querer levantar na apreciação de contas do próximo ano, é que as câmaras municipais viram aumentadas as suas contribuições para a Caixa Geral de Aposentações, de quinze para vinte por cento no ano passado e de vinte para vinte e três vírgula cinco, se a memória não me falha, em 2014 para vinte e três vírgula setenta e cinco por cento e por isso a despesa com pessoal, aumenta mais na proporção até do que a redução de efetivos que nós estamos obrigados a fazer. -----

----- O quarto ponto prende-se com as despesas com aquisições de bens e serviços, e não falarei ainda do Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo, mas só para clarificar os números. As despesas com aquisição de bens e serviços diminuíram em 2013, não aumentaram, diminuíram em 2013 e não há nenhum equívoco nos quadros, nem nenhum equívoco nos números, nem nenhum equívoco nas bases de dados, é preciso é não confundir o que não pode ser comparável. Uma coisa é a análise dos custos quando são aferidos em matéria de caixa, em matéria de pagamentos, outra coisa é aferir os compromissos que são assumidos. -----

----- E quando os Senhores Deputados Municipais dizem “não, mas aumenta um acréscimo de duas ou três vezes, ou várias vezes que aumenta os custos com aquisições de bens e serviços”, isso pura e simplesmente não é verdade. O que acontece é que, no registo da base de dados que é feita no Portal das Compras, o que acontece, é que todos os contratos que são aqui aprovados em compromissos plurianuais são registados nessa base de dados pela totalidade do seu valor. Por isso, se nós comparamos um ano em que se desenvolve um determinado nível de contratação, se no ano seguinte, nós contratamos e fazemos os contratos plurianuais para os

espaços verdes, para a segurança, para a limpeza. Se o valor de quatro anos é imputado a um ano, naturalmente se comparar os dois obtenho um crescimento muito grande, mas isso era simplesmente uma comparação sem sentido, porque não corresponde nem à despesa efetivada, nem paga, nem compromissada, nem corresponde a uma comparação real, e por isso não há nenhum equívoco relativamente aos dados, nem do relatório, nem às comparações das bases de dados, simplesmente não podemos comparar aquilo que não pode ser comparado. -----

----- A quinta questão prende-se relativamente à questão do investimento e do apoio à economia. Eu tive oportunidade de referir como primeiro ponto de reflexo da solidez da Câmara Municipal de Lisboa, precisamente, a capacidade não só da redução da dívida a fornecedores, mas também a forte redução do prazo de pagamento a fornecedores. -----

----- Eu acho que este foi um bom contributo que a Câmara deu no ano de 2013, num contexto de enorme dificuldade que o País viveu e que todas as instituições viveram. --

----- Mas o relatório também demonstra mais. Demonstra o quê? Demonstra que nas áreas de investimento, houve um aumento de realização no ano de 2013, quer na área do plano propriamente dita, quer na área de investimento, de plano plurianual de investimento, quer também numa rubrica muito particular das despesas de investimento da Câmara, em que os últimos três anos, até 2013, 2011/12/13, foram anos de crescimento do investimento de forma significativa, quarenta e cinco milhões de euros em 2011 para setenta e sete milhões de euros em 2013. -----

----- Diz o Senhor Deputado Municipal “mas nós devíamos investir mais”. Eu concordo consigo, eu gostava que nós pudéssemos investir mais, gostava que tivéssemos mais capacidade para investir, infelizmente, os constrangimentos que hoje até seremos colocados com o novo enquadramento da Lei de Finanças, não nos permitirão realizar um programa de investimentos, com a ambição que julgo que gostaríamos de ter para a cidade neste momento. -----

----- Sexta questão, relativamente à situação da EPUL e ao programa de alienações e à situação do mercado. -----

----- Ser muito claro sobre a situação da EPUL, a situação da EPUL é uma empresa que se encontra em fase de liquidação. Numa fase de liquidação a missão que os liquidatários têm, é precisamente como o nome designa, liquidar os ativos para poder pagar os passivo e encerrar as contas da atividade, e é isto precisamente que está a ser feito. Está a ser feito com um plano, que foi aprovado em reunião de Câmara, um plano de liquidação que está a ser cumprido e está a ser seguido, e em minha opinião até ao momento está a ser seguido bem. Bem, porque a hasta pública primeira que foi realizada pela EPUL, foi uma hasta pública de grande sucesso. Em primeiro lugar, venderam-se a grande maioria dos prédios que tinham sido colocados a licitação, mas em segundo lugar e mais importante, porque na generalidade dos prédios, todos os prédios foram vendidos por valores acima dos valores base de licitação, isto é, mostrou que na cidade de Lisboa é possível, o mercado verifica alguma reanimação, e acima do ponto de vista do cumprimento de uma operação de liquidação da empresa,

foi um elemento positivo, que nos permite também ter esperança para o plano de hastas que a Câmara tem em carteira.-----

----- Refere ainda o Senhor Deputado Municipal José Casimiro relativamente à área da reabilitação urbana, não é hoje talvez o momento de fazer um debate exaustivo e detalhado sobre esta área, ainda assim gostava de adiantar os números que o Senhor Vereador Manuel Salgado teve oportunidade de há dias destacar. Só na Baixa da cidade, neste momento estão em obra vinte e quatro edifícios completos, correspondentes a uma área de construção de trinta e três mil metros quadrados, num investimento total de vinte e cinco milhões de euros, só neste momento e só na Baixa da cidade de Lisboa.-----

----- Por último creio que terei respondido e que não tenha saltado nenhuma intervenção, mas gostava de terminar com uma resposta muito clara ao Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo. Eu a ouvi-lo falar tenho de dizer que quase que estava a ficar convencido, quase que estava a ficar convencido, porque de facto o Senhor Deputado Municipal começou bem, começou muito bem até. A primeira parte da sua intervenção sobre a evolução da receita e sobre os desafios que se colocam à Câmara Municipal, de forma surpreendente até poderia subscrever, mas de facto não foi preciso muito tempo para que o Senhor Deputado Municipal caísse e mostrasse verdadeiramente a contradição daquilo que pretende mostrar. E a contradição é muito simples. É que reconhece que há um problema, mas os dois passos seguintes são de fuga à realidade. O primeiro é dizer, que relativamente ao processo Bragaparques e ao processo EPUL, dizer que as responsabilidades são do atual executivo e esquecer, fazer assim um apagão sobre o que é a história do Município de Lisboa, é um problema de decisão política e fazer um apagão sobre a história do Município de Lisboa. Não fará esse apagão e as responsabilidades, se há mérito que estes processos possam ter, se é que têm algum, é de mostrar o quão difícil e quanto tempo demora, decisões erradas do passado sobre as contas do município. Nesta fase não valerá a pena dizer mais, mas dizer-lhe que não valerá a pena nenhum apagão sobre o que é a história destes processos. Estes processos entrarão, os dois, nas contas da Câmara e neste momento não o estão, a EPUL só parcialmente foi integrada nas contas da Câmara em 2014 ou 2015 e serão naturalmente processos que terão que ser lidados e que dificultarão a vida do município, que terão que ser lidados com a estratégia que apresentei de tentarmos liquidar e amortizar esta dívida extraordinária que vamos obter.-----

----- Mas talvez o ponto mais dececionante é o último ponto. É um bocadinho a reedição na Câmara Municipal de Lisboa do discurso que ouvimos do PSD na campanha eleitoral nacional, quer dizer, temos um problema de saldo, então vamos resolver na base das gorduras, isto é, vamos cortar ali nos fornecimentos e serviços externos, aquela coisa que está ali no meio e que não custa nada a ninguém. Ó Senhor Deputado Municipal, os fornecimentos e serviços externos da Câmara têm-se mantido estabilizados e há naturalmente sempre poupanças a fazer e há naturalmente sempre trabalho a fazer, agora há uma coisa que nós não podemos fazer, é iludir que perante um problema da dimensão que nós temos, cerca de cento e cinquenta milhões de euros

na nossa receita estrutural, perante a dificuldade de investir, num quadro que nos foi colocado de limitação do endividamento pela Lei de Finanças Locais, que vamos simplesmente resolver o problema cortando umas gordurinhas aqui ou ali. É que essa conversa nós já ouvimos no País, e já sabemos como é que acabou. É que não resolve o problema, não resolveu no País e também não é solução para a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Por isso julgo que, enfrentarmos com realismo, quer a situação mas também o quadro de respostas, é em todos os lados a melhor resposta à situação que temos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD):** -----

----- “É sempre um prazer vir a esta tribuna, principalmente na discussão de temas importantes como é o plano de atividades e como é também naturalmente o relatório e contas do ano passado. -----

----- Em primeiro lugar é preciso considerar que este plano, este relatório, é entregue tardiamente. Não podemos deixar de refletir sobre isto. É muito tarde para entregar o relatório e contas, tanto mais, que sabemos que ele tem importância tem influência, naquilo que é a gestão corrente de 2014. -----

----- Em segundo lugar temos também que referir, que este relatório relativo a este orçamento é relativo a um orçamento que não existiu. Não podemos considerar que o orçamento tenha existido, na medida em que ele foi uma reposição do orçamento de 2012 e portanto qualquer comparação que se faça, como aqui alguns Senhores Deputados Municipais já fizeram, sobre taxas de execução é irrealista, não é normal, não é correta, é forçada e temos que ter isso em consideração, porque de facto, porque a verdade é esta e os números não podem ser comparados da mesma forma. Podemos considerar que de uma maneira geral a taxa de execução não poderá ter sido brilhante, mas precisar até quanto, é muito difícil que o consigamos fazer com o mínimo de realismo. -----

----- Outro problema importante, e tanto mais eu quero frisar, que o orçamento anterior obrigou a sucessivas alterações orçamentais para adaptar o orçamento de 2012, que como sabem era empolado, ao orçamento de 2013. Essas alterações orçamentais foram um esforço significativo feito pelos serviços da Câmara, principalmente pela Senhora Vereadora Maria João Mendes, que teve um papel exemplar e eu quero aqui saudá-la, um papel exemplar no exercício da sua atividade enquanto Vereadora das Finanças. ---

----- Iguamente temos de considerar que as pessoas que aqui estão sentadas, nem todas tiveram responsabilidades na gestão do ano passado, portanto também não é correto assacar a estas, algumas delas, responsabilidades por aquilo que não tiveram. Não tiveram no executivo anterior são outros, alguns estão e esses têm-nas e vamos a eles, agora há outros que não tiveram responsabilidades e portanto não podemos assacar-lhes responsabilidades. -----

----- Também não podemos considerar um facto que é importante, as contas são auditadas pelo ROC e ele faz uma análise criteriosa daquilo, algumas para amostragem, outras não, daquilo que são as contas que lhe são apresentadas, de acordo com as leis que regem e as orientações que ele tem da própria Ordem dos Revisores, e aquilo que aconteceu este ano, é que apresentaram-se oito considerações negativas e

isto é relevante, e eu sei que o Senhor Vice-Presidente que é o Senhor Vereador das Finanças, tentou explicá-las mas não foi convincente. Confesso que quer lendo aquilo que escreveu quer ouvindo o que disse, sinceramente não considerei que terá sido convincente, e essas observações, essas reservas, são importantes e têm de ser corrigidas e não me venham cá com a conversa que isto vem de muito longe, muito longe vem o Senhor Presidente da Câmara, já cá está há sete anos. Será daqui a vinte que a gente lhe vai começar a pedir responsabilidades? Se calhar ele quer lá ficar, mas haverá outros que não querem.-----

----- Seguramente que esta situação tem que ser corrigida, e deverá sê-lo com a celeridade necessária, para que as contas reflitam exatamente aquilo que é a verdadeira situação do município, e como estão, com estas reservas, seguramente que não o conseguem. -----

----- Também temos que considerar que ao longo destes sete anos, a bandeira máxima do Senhor Presidente da Câmara era as contas em ordem, a alteração dos passivos e a diminuição do passivo. Não foi significativa essa ação, aliás, verifica-se que ao fim dos sete anos, segundo aquilo que são as informações que decorrem da análise dos documentos, que ao longo dos sete anos o passivo ainda aumentou, não podemos sempre atirar as culpas para os outros e não haver as nossas culpas. -----

----- No último mandato, que teve o resultado que teve em termos de escrutínio de votação, se nós pensarmos bem aquilo que ocorreu e na nossa memória aquilo que se passou, pensando bem, esforçando-nos com alguma força para saber aquilo que aconteceu, lembramo-nos da intervenção na Avenida da Liberdade e no Marquês de Pombal, lembramo-nos de algumas intervenções do Senhor Vereador Sá Fernandes nos jardins, nomeadamente do Príncipe Real que deixou aquilo num caos, lembramo-nos pouco mais e depois lembramo-nos de uma coisa positiva. E essa coisa positiva o que foi? A Reforma Administrativa da cidade de Lisboa. E ela foi feita por quem? Também por mim, é isso mesmo, também por mim, portanto pelo PSD também.-----

----- Esse será assim talvez, um marco que daqui a algum tempo será memória deste mandato do Senhor Presidente da Câmara nestes quatros anos últimos. A memória daquilo que é a Reforma Administrativa, a passagem, coisa que nem toda a gente concorda, obviamente que nem toda a gente concorda. Também não há uma unanimidade a favor dessa reforma, mas a grande maioria da cidade, a grande maioria da Assembleia Municipal, concordou com ela e orgulho-me também de ter participado nessa forma.-----

----- Mas agora há um problema que se põe. Foi aqui falado já por várias intervenções, quer do Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo, quer até do Senhor Vice-Presidente e Vereador das Finanças, que tem a ver com aquilo com que nos vamos deparar no futuro. Mais importante que analisar estas contas, eu já alerto, que não estando abertamente contra ou a favor das contas, obviamente vamo-nos abster em relação a elas, portanto não temos oposição de firme oposição, de firme negação áquilo que são as contas do ano de 2013, do relatório de 2013. Mas mais preocupante que isso é de facto o futuro, e o futuro é de todos nós. Nós não podemos estar a pensar que o futuro pertence ao Senhor Doutor António Costa, ou eventualmente, a alguém

que o venha a substituir num futuro próximo. O futuro pertence-nos a todos, porque nós de qualquer forma, se formos vivos e se continuarmos a exercer a nossa função política, cá estaremos, para de uma forma ou de outra intervir naquilo que é a gestão da cidade.-----

----- O Governo é na Assembleia da República Senhor Deputado Municipal, e talvez o Senhor oportunidade nas próximas, aliás, por algumas relações de proximidade que eu sei que tem, é provável que na próxima sessão legislativa lá esteja. Aqui falamos da Câmara, falamos da cidade, deixemos o Governo, deixemos a Assembleia da República, há muita gente lá, quer do PS quer do PSD para poder fazer os combates políticos que acham que devem fazer, aqui ficamos na cidade, ficamos na Assembleia Municipal, ficamos naquilo que é a nossa obrigação. -----

----- Eu sei que os Senhores estão empenhados numa luta renhida, relativamente à evolução daquilo que é o vosso futuro, mas isso é um problema vosso, deixai que também nós não nos vamos meter nele. Aliás, se há outra memória que ressalta da atividade do último mandato é a grande operação de marketing, a enorme operação de marketing, a enorme operação de comunicação que o Senhor Presidente António Costa fez. -----

----- Não sei para onde é que ele vai, não sei qual é o futuro, mas seja qual for ele vai ser levado ao colo. -----

----- Aliás, o investimento que o Senhor Doutor António Costa fez na sua imagem, na sua ação, no seu marketing político, não foi apenas a pensar na reeleição. Eu só deixo esta. Não foi apenas a pensar na reeleição.-----

----- Quando nós temos problemas a resolver no futuro, e é isso que agora nos deve preocupar, é o problema da capacidade de endividamento que diminui ou vai diminuir abruptamente, é o problema das receitas estruturais, que a tendência é que vão diminuir, como aqui já foi referido, é o problema dos contenciosos e das reservas para contencioso, que naturalmente tem que existir, falou-se na Bragaparcas e também se fala na futura dívida da EPUL, que irá ter de ser considerada e absorvida. -----

----- Portanto, são problemas muito graves, que vão tornar a gestão nos próximos anos da Câmara, ainda mais difícil. E se haverá naturalmente situações e partidos políticos que pensam quanto pior melhor, quanto pior eles estiverem melhor nós nos sentimos, o PSD nunca foi assim, será o PS talvez, muito mais o PCP, mas o PSD, nunca definiu a sua ação política como quanto pior eles fizerem melhor é para nós. -----

----- Não, nós temos a cidade a quem devemos e sobre a qual temos responsabilidades, e é nessa cidade e é para essa cidade, que temos que trabalhar. Umhas vezes em conjunto, outras vezes achando melhor que é preciso fazer oposição, outras vezes achando melhor que é preciso unir esforços e nalguns sentidos, neste sentido das finanças, da capacidade financeira do município, temos que todos unir esforços, porque tudo aquilo que vier de benefício nesta área vai-nos servir a todos, porque de uma maneira ou de outra, com mais tempo ou menos tempo, haverá rotatividade naquilo que são as responsabilidades na Câmara e alguma vez, algum dia, alguma forma, outros chegarão ao poder e temos de deixar as contas e a situação da Câmara devidamente corrigida, para que possamos de alguma maneira exercer corretamente o

mandato. E aquilo que já desde o tempo do Engenheiro Abecassis, se falava com grande ênfase nos custos da capitalidade, é uma questão que nunca foi resolvida. Nós recebemos, foi aqui já referido mais ou menos isso, nós recebemos tantas pessoas de fora quantas cá vivem dentro, que sujam, que gastam as ruas, sei lá, que fazem tudo aquilo que os que cá estão também fazem, mas quem paga são os que cá estão. -----

----- Como é que nós vamos fazer? Vamos fazer como aqui foi dito, que o IRS seja parte do IRS pago em Lisboa? Isso seria uma guerra em relação aos municípios vizinhos, se calhar não era a coisa, mas temos que ter formas imaginativas, temos que criar formas imaginativas, para que essa capacidade de financiamento da Câmara seja feita. Claro, as despesas podem sempre ser diminuídas mas, como já aqui foi dito, nunca podem ser a um nível que acabem com os serviços, porque eu posso querer emagrecer a deixar de comer, mas se deixar de comer mesmo acabo por morrer, portanto é melhor ter algum cuidado com a forma de emagrecimento. -----

----- Também aquilo que o Senhor Presidente ambiciona, que é a municipalização da Carris e do Metro, não vai trazer receitas para a Câmara, vai trazer é despesas, portanto é mais uma questão que tem que ser devidamente considerada. Por outro lado, nós sabemos o quanto é difícil ao PS trabalhar em tempos de vacas gordas, o PS gosta de trabalhar com muito de dinheiro, de gastar à tripa-forra, de fazer despesa, de fazer festas e fanfarras. -----

----- Aliás é aquilo que interessa de forma substancial, porque isso também dá imagem, porque as pessoas esquecem-se do resto e portanto nós vemos a peleia de elementos da área da cultura e de outras áreas, todos a bandeirarem em arco a favor daquele que é o seu grande protetor. -----

----- Mas, esquecendo isto, aquilo que eu vinha propor e propunha à Mesa da Assembleia Municipal era o seguinte, nós, por iniciativa da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, realizámos aqui debates com alguma capacidade de intervenção, com intervenções da administração, com intervenções da Câmara, com intervenções de identidades ligadas à vida da cidade, nomeadamente, relativamente à Colina de Santana e relativamente aos transportes. Aquilo que eu solicitava é que fosse agendado, na altura em que se achasse oportuno, um debate, um debate profundo com todas as forças políticas, com membros da Administração Central e com pessoas especialistas que nos pudessem ajudar, um debate profundo sobre o financiamento da cidade de Lisboa, as formas como podemos resolver este problema capital, que é a incapacidade que no futuro teremos de ter verbas suficientes para fazer face às despesas. Esse debate construtivo, que envolva todos empenhadamente é um debate fundamental e Senhora Presidente, eu solicito que num futuro próximo possa, com o devido cuidado naturalmente, e de acordo com aquilo que pense relativamente a esta matéria, agendar um debate específico destes, e com isto eu termino.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Senhor Deputado Municipal queria só lembrar o que diz o nosso Regimento em matéria de debates temáticos, artigo 39. -----

----- O Presidente da Assembleia, as Comissões Permanentes eventuais e os Grupos Municipais, podem propor à Mesa a realização de debates temáticos. Portanto, o

Senhor Deputado Municipal se quiser, através da sua Comissão ou através do seu Grupo Municipal, poderá retomar essa proposta, porque a Mesa neste momento já realizámos dois e eventualmente poderá não ter capacidade para desenvolver mais esse, portanto, remeto a iniciativa para o nosso Regimento.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP):** -----

----- “A maior prova do abandono da atividade real na cidade de Lisboa é este debate do balanço de 2013, balanço de Relatório e Contas.-----

----- Lembro-me ainda há alguns anos atrás de debatermos aqui, área por área, se de facto a Câmara terá cumprido, cumpriu, em relação a áreas como a habitação e reabilitação urbana, em relação ao apoio social, em relação aos bairros sociais, à cultura, ao desporto, à juventude, essas áreas todas eram aqui tratadas por vários Deputados Municipais, hoje incide sobre questões financeiras, sobre dívidas, sobre a resolução ou não de problemas que têm a ver com o financiamento da autarquia, é a prova provada que de facto passaram da Câmara Municipal para o vazio, para as juntas de freguesia, reconhecendo isso, as atividades reais que de facto caracterizavam o Município de Lisboa. Isso é muito mau para esta cidade. Esta forma estreita como nós estamos a debater o Relatório e Contas do ano passado, significa que a Câmara fugiu à sua realidade, fugiu para outras áreas que efetivamente interessam mais a quem neste momento preside aos destinos da cidade de Lisboa e ao PS.-----

----- De qualquer modo eu gostaria de acentuar, ainda a proposta da reforma administrativa, que as juntas de freguesia estão já a sentir o peso de todas estas matérias, e aponta-se, por exemplo como uma das maiores fragilidades, o facto de haver só um eleito a tempo inteiro, ou seja, o presidente da junta, com responsabilidades a tempo inteiro em cada freguesia e é evidente que este quadro tem que ser alterado, mas não vemos nenhum passo da Câmara, nem do governo, para resolver este problema que vai ter efeitos extremamente nocivos na cidade de Lisboa. Portanto, quando se acentuarem as grandes responsabilidades que a Câmara atirou para cima das juntas de freguesia, quando se acentuarem os gastos as contas das freguesias serão porventura difíceis, tão difíceis, quanto são as contas da Câmara Municipal.-----

----- Sobre o Relatório de Gestão e respetivas Demonstrações Financeiras, nós queríamos aqui ainda trazer alguma participação. -----

----- Nomeadamente sobre a certificação legal do ROC, que coloca reservas sobre vários pontos, desde o ponto 7 ao 14.-----

----- Não valida uma parte dos saldos das principais contas do balanço e das demonstrações dos resultados, designadamente, a regularização dos bens imobilizados sem que sejam identificados bens valorizados em oitocentos e quarenta e um milhões e quinhentos mil euros.-----

----- Sem que estejam totalmente revelados os ativos e os passivos decorrentes da liquidação da Frente Tejo.-----

----- Os subsídios ao investimento de cento e setenta e três milhões e quinhentos mil euros ainda se encontram em análise.-----

----- Na participação financeira na EPUL não foram consideradas as reservas de limitação.-----

----- Os subsídios e as transferências para as freguesias e outras entidades, ainda não estão finalizados.-----

----- As empresas participadas apresentam as suas demonstrações financeiras com base no seu sistema de normalização contabilística, sendo que o município não tem em consideração ajustamentos que possam decorrer do POCAL. -----

----- Realçamos que continua a não existir um inventário inicial aprovado pelos órgãos competentes deste município, é uma situação que perdura há catorze anos e que não aceitamos.-----

----- A situação financeira da Câmara não melhorou. O passivo aumentou em cerca de duzentos milhões de euros.-----

----- Agravaram-se os problemas da cidade e a novação do tecido urbano, particularmente no domínio da reabilitação. As opções tomadas pelo executivo do PS de António Costa, favorecem a especulação imobiliária e refletem a incapacidade de gestão do executivo do PS em tirar Lisboa do marasmo em que se encontra, e definir uma estratégia de recuperação e desenvolvimento da cidade no sentido das populações, dos bairros e das freguesias.-----

----- A previsão da receita na execução da receita, a previsão da receita era de novecentos e setenta e quatro milhões de euros, mas a Câmara não conseguiu cobrar mais que quinhentos e setenta e dois milhões e duzentos mil euros, menos trinta e três vírgula quatro por cento, muito abaixo do valor orçamentado, o qual foi rejeitado pela AML em 2013.-----

----- A venda de bens de investimento, com uma cobrança de catorze milhões e oitocentos mil euros, teve uma quebra de quarenta e oito vírgula nove por cento, catorze milhões e duzentos mil euros face ao ano de 2012. Fundada no essencial na cobrança em 2012, dos valores relativos das regularizações de operações com a EPUL, e encontro de contra relativos de alienações de terrenos de exercícios anteriores no valor de doze milhões setecentos mil euros.-----

----- A dívida aumentou em todas as maturidades.-----

----- A dívida a terceiros registou um aumento de oitenta milhões e duzentos mil euros face a 2012, fixando-se em setecentos e quarenta milhões de euros nomeadamente. ----

----- A dívida de médio e longo prazo aumentou sessenta e seis milhões e quatrocentos mil euros, vinte vírgula seis por cento, face a 2012, fixando-se em trezentos e oitenta e um milhões e cem mil euros.-----

----- A dívida de curto prazo aumentou treze milhões e oitocentos mil euros, quatro vírgula um por cento, fixando-se em trezentos e cinquenta e um milhões e novecentos mil euros.-----

----- Encargos com o serviço da dívida, a despesa total suportada com os encargos e passivos financeiros foram de setenta e três milhões e setecentos mil euros.-----

----- O passivo em 2013 fixou-se em mil quatrocentos e vinte milhões de euros, tendo tido um crescimento de cento e trinta e cinco milhões e cem mil euros, mais dez vírgula cinco por cento em relação a 2012, mil duzentos e oitenta e cinco milhões de

euros, devido sobretudo ao aumento das dívidas a terceiros e de empréstimos de médio longo prazo, sessenta e seis milhões e quatrocentos mil euros. -----

----- Nos seis anos de gestão do PS o passivo aumentou cerca de duzentos milhões de euros, apesar de ter amortizado a dívida em 2012, na importância de duzentos e setenta e um milhões de euros, recebida do Estado a título de compensação da desistência do direito sobre os terrenos do Aeroporto. -----

----- Se fizermos o cálculo da relação percentual do passivo, em relação ao montante do orçamento executado em 2013, quinhentos e quarenta e quatro milhões e trezentos mil euros, verificamos que atinge cerca de duzentos e cinquenta e sete vírgula três por cento, que é um rácio elevadíssimo. -----

----- Perante estes dados e a dimensão do abandono do serviço público real pela Câmara Municipal, o voto do PCP só poderá ser contra o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras. Disse!” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “A Mesa informa que não tem mais registos de pedidos de palavra, de modo que se mais algum Senhor Deputado Municipal se quiser inscrever está na altura, porque estamos a terminar a segunda ronda.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre (PS):** -----

----- “Tivemos aqui hoje um debate rico, um debate vivo, sobre uma série de assuntos que com certeza vamos ter oportunidade de falar aqui mais vezes. Até porque, o PS tem que realçar, para nós é positiva a prudência que o Senhor Vereador Fernando Medina tem com a situação financeira da CML, a capacidade de reconhecer a situação sólida, mas ao mesmo tempo, a capacidade de assumir que a gestão atualmente com aquilo que é a conjuntura económica que temos, que qualquer entidade pública tem riscos e por isso mesmo tem que haver uma gestão desses próprios riscos, e pior seria não perceber quais é que seriam esses riscos e não fazer nada para os evitar ou ameniza-los. -----

----- Isso é que é grande diferença, entre aquilo que é a postura deste executivo municipal e as posturas de outros executivos municipais, que fizeram com que o passivo sem ter nenhuma provisão para riscos e encargos, aumentasse muito mais e que fez com que, por exemplo, só para dar aqui um número, no ano de 2007 a dívida da CML fosse de novecentos e sessenta e cinco milhões de euros, que nada tem a ver, com os quatrocentos e vinte e um milhões de euros que hoje em dia é muito criticado por algumas bancadas, e que mesmo, considerando aqui aquilo que alguns dizem que foi o apoio do Estado, não foi mais que o reconhecimento por parte daquilo que é o Estado, de uma luta que a CML assumiu durante anos para poder rentabilizar um ativo que tinha, que eram os terrenos da Portela. Mesmo retirando essa parte, há um valor de cento e setenta e cinco milhões de euros, que é pela capacidade de gestão que este executivo municipal teve, e de saber, ao contrário daquilo que há pouco o PSD disse, de saber governar em condições muito difíceis e em saber fazer obra, como este executivo municipal fez em vários níveis, e é bom de se conseguir realçar, que por vezes com algumas intervenções que nós ouvimos aqui até parece que a cidade de Lisboa não tem tido obras, como recentemente não há muito tempo foi aqui falado por

várias bancadas, que toda a obra de recuperação da Frente Rio que tem sido feita, com a Ribeira das Naus, com a Praça do Comércio, com a requalificação de uma série de espaços verdes, que estavam no tempo do PSD na CML, sem qualquer tipo de cuidado e que neste momento têm vida, estão todos eles mantidos, as pessoas podem ter o próprio usufruto desse tipo de espaços, com a aposta que foi feita em quiosques, para que as pessoas possam também frequentar esses espaços, e também, falando nós em relação a esta proposta, naquilo que é a necessidade de investimento económico na cidade de Lisboa, é bom de se poder relembrar, aquilo que foi a aposta que a CML fez naquilo que é a criação de riqueza, na criação de investimento, na capacidade atrair investimento para a cidade de Lisboa com a criação de uma *Startup* em Lisboa, com as *Fablabs*, com uma estratégia de atração de investimentos como Lisboa nunca teve e que permite que neste momento, a par daquilo que é a evolução que temos tido positiva com o turismo, que Lisboa possa contribuir para o PIB nacional, e que até Lisboa possa fazer o contraponto para o resto do País, numa altura, tal como há pouco o Senhor Deputado Municipal Hugo Lobo disse, que o PIB a nível nacional tem baixado, Lisboa consegue recuperar esse PIB e consegue ter a capacidade de fazer com que, do ponto de vista económico, o País evolua.-----

----- Por isso mesmo, como há pouco eu disse, com a capacidade que a CML tem de reconhecer os riscos que existem, nomeadamente com a quebra de receitas, com a diminuição daquilo que é o próprio endividamento líquido do órgão municipal, é importante o conjunto de intervenções que nós ouvimos aqui do PSD, nomeadamente do Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo e até como líder do corpo municipal do PSD, que realçou a exposição que CML tem à atividade económica, nomeadamente, como disse, os setenta e um por cento que a CML tem como receita através de impostos, e como tal, necessita de uma atividade económica positiva para poder ter esse tipo de receitas, e por isso mesmo, aquilo que é a pergunta que o PS faz, aquilo que é o desafio que o PS faz é perguntar se estão altamente disponíveis para se poder alterar a Lei de Finanças Locais, nomeadamente, para que também Lisboa que contribui para o aumento das receitas de IVA, possa também receber uma parte desse IVA como receita municipal, baixando outro tipo de receitas mais incidentes sobre aquilo que é a população de Lisboa. Era um ponto que merecia era uma discussão aprofundada quando se fala em finanças da CML. -----

----- Um outro ponto que muita vez se fala e que se dá uma série de opiniões, como há pouco foi dito no ponto de vista de contabilidade, há capacidade politicamente de poder ter vários tipos também de leituras, mas o PS gostava de realçar os rácios de equilíbrios que estão no Relatório de Contas. Esses rácios, ao relacionarem o conjunto das naturezas ao nível da própria, daquilo que é a comissão de resultados, mostram numericamente e com capacidade de fazermos comparações com outros anos, aquilo que é o próprio desempenho que o município tem, e fazendo uma análise desses rácios, salta à vista que grande parte deles tem uma evolução positiva e são uma capacidade de conseguir comparar de forma objetiva com o passado, e por isso mesmo, acho que não há muitas dúvidas também sobre isso, até porque há coisas que não têm qualquer tipo de explicação, ou não se lê com a devida atenção os relatórios

financeiros, ou então, não se consegue compreendê-los de forma correta, nomeadamente quando se fala naquilo que é a necessidade da CML de baixar o conjunto de despesas de funcionamento, pois é efetivamente aquilo que tem acontecido ao nível de Lisboa e basta ir à página 103 do Relatório de Gestão, para conseguirmos comparar a despesa de estrutura que a CML têm tido só nos últimos anos, em que por exemplo só em comparação com o ano de 2012 houve uma baixa de treze vírgula dois por cento. Lisboa neste momento tem a despesa estrutural mais baixa dos últimos quatro anos com trezentos e cinco milhões e seiscentos mil euros, em que, se formos pegar nessa própria despesa e formos ver o conjunto, por exemplo, o conjunto de despesas de funcionamento também tem o valor mais baixo com trinta e sete milhões e quatrocentos mil euros, menos trinta por cento que no ano de 2012, o que mostra que houve uma capacidade de fazer uma melhor gestão interna de funcionamento e que também não tenho dúvidas, como há pouco o Senhor Vice-Presidente da CML disse, que ainda se pode fazer mais e o PS dá aqui um contributo que consideramos, que com um sistema de contabilidade de custos ainda se consegue perceber onde se pode cortar e não se pode, para gerir melhor, sem perder a eficácia da CML em atuar, tal como há pouco eu referi sobre as obras que têm sido feitas. -----

----- Um outro ponto que eu gostaria de poder realçar e que obviamente é uma preocupação que o PS também tem, é com o conjunto de ressalvas do relatório dos ROCs. São todas elas também perfeitamente explicáveis, o Senhor Vice-Presidente há pouco também já teve oportunidade de o fazer, tivemos também em sede de Comissão oportunidade de ter respostas em relação a isso e que sobre a ressalva da não conclusão do também inventário, dizer que é algo que há muitos anos que é também falado, que é sempre falado quando se discute o fecho de contas, e por isso mesmo, o PS também concorda com a necessidade de haver uma grande aposta em concluir rapidamente o inventário da CML, para ter uma noção do valor real do ativo, até porque não tenho dúvidas nenhuma que com esse trabalho feito, vamos conseguir ter ainda melhores resultados financeiros por parte destes últimos anos e ainda se vai realçar mais o trabalho, que este executivo municipal do PS tem feito. -----

----- Por último concluo com aquilo que é uma convicção muito clara que eu tenho, que vamos ter a oportunidade de falar sobre esse tipo de matérias mais vezes e por isso mesmo convido as várias forças políticas, sobre aquilo que é a necessidade da CML ter uma estrutura de receitas mais constante, para fazer face ao conjunto de despesas de investimento e até para conseguir investir mais, porque não se consegue também investir mais se não conseguirmos ter uma consolidação de um volume de receitas, sobre a necessidade de haver uma discussão sobre uma revisão da própria Lei de Finanças Locais, para mantendo uma política fiscal favorável. A nível de Lisboa eu recorde, que os municípios de Lisboa pagam menos dois vírgula cinco por cento de IRS do que em outros municípios, por força da ação deste executivo municipal, mas mantendo esta própria política fiscal possa-se responder aos riscos de gestão e possa-se continuar a ter uma Câmara Municipal que faça obras, ao mesmo tempo que têm uma situação financeira sólida, tal como aquela que apresenta atualmente. Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Os Senhores Deputados Municipais terão reparado, que enquanto falava o Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre, houve aqui um problema técnico nos relógios, no controle dos relógios. Estamos a tentar resolver isso aqui na Mesa, a Mesa está neste momento a fazer o controlo manual, de qualquer maneira todas as forças políticas dispõem ainda de tempo e a bancada da Câmara também dispõe de tempo. -----

----- Pergunto se há mais algum Senhor Deputado Municipal inscrito? -----

----- Não havendo mais nenhum Senhor Deputado Municipal inscrito, a Mesa dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para encerrar o debate, após o que faremos naturalmente a votação.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara:**-----

----- “O primeiro ponto que eu gostaria de tratar era um convite à memória.-----

----- Em primeiro lugar, os vários Senhores Deputados Municipais insistiram no ponto da comparação, da execução de 2013 relativamente ao ano anterior.-----

----- Ora, convém não esquecer o seguinte. Com o chumbo do orçamento de 2013, nós tivemos que trabalhar com o orçamento transposto de 2012, ora o orçamento de 2012, era um orçamento anómalo. Porquê? Porque foi inflacionado na receita, para incorporar os duzentos e oitenta e seis milhões de euros, resultantes da venda dos terrenos do Aeroporto e foi inflacionado na despesa, pelos duzentos e oitenta e seis milhões de euros de amortização extraordinária da dívida, que nós fizemos com a receita das vendas do Aeroporto. Por isso o orçamento de 2012, tinha do lado da receita e do lado da despesa, um valor extraordinário de duzentos e oitenta e seis milhões de euros que ao ser transposto para 2013, não torna o orçamento irrealista, como pretendeu o Senhor Deputado Municipal do MPT, tornou um orçamento, que não é suscetível de comparação, porque resulta desta factualidade.-----

----- Não havia em 2013 o orçamento de 2012, havia uma ficção jurídica em 2013 que era a continuidade de um orçamento, empolado pelo lado da receita e empolado do lado da despesa, portanto, quando querem comparar agora a execução efetiva de 2013, não podem utilizar os valores fictícios de 2012, têm que utilizar os valores reais de 2013.-----

----- Portanto, o que podemos verificar são duas coisas, ambas positivas.-----

----- Primeiro, apesar de ser ano eleitoral, de facto, a Câmara manteve-se numa estratégia de rigor orçamental e portanto não aumentou extraordinariamente a sua despesa, no entanto, não obstante o rigor e não obstante a situação em que vivíamos, a verdade, é que olhando para o investimento houve um aumento das despesas de investimento, subindo de sessenta e seis milhões de euros para setenta e sete milhões de euros na execução das despesas de investimento, este era o primeiro dado que queria recordar.-----

----- Em segundo lugar, é preciso saber quando falamos em dívida do que é que estamos a falar. O cidadão comum quando houve falar em dívida o que é que diz? Bom, lá estão eles que fizeram despesa e agora não a conseguem pagar, e há uns desgraçados que estão à porta da Câmara à espera que a Câmara pague, e a Câmara não paga porque não tem condições para pagar. Bom, esta não é a realidade do que nós estamos a falar de dívida, mais de oitenta por cento da nossa dívida, resulta dos

empréstimos contraídos, são dívida de médio e longo prazo, que está devidamente estruturada, que é paga a vinte anos e que a Câmara felizmente tem hoje condições, para honrar pontualmente e com facilidade todo o seu serviço da dívida. -----

----- E dessa dívida, de que é que estamos a falar? Bom, setenta e cinco por cento destes empréstimos resultam de duas coisas. -----

----- Um, os empréstimos contraídos na década de noventa, para um grande projeto civilizacional da cidade que foi a erradicação das barracas. -----

----- E a segunda parte resulta dos programas de reabilitação urbana, em particular do PIPARU. -----

----- Portanto, setenta e cinco por cento da dívida bancária de médio longo prazo, trata-se de erradicação de barracas e trata-se de reabilitação urbana, SRU/Ocidental e PIPARU. -----

----- Ora eu creio que todos temos que, quer a erradicação das barracas quer a reabilitação urbana, são duas obras meritórias que o município desenvolve. Desenvolve com base de empréstimos de médio longo prazo, cujo serviço da dívida vai honrando calma e serenamente, esta é aquilo que nós designamos de dívida, não resulta de situações de incumprimento por parte do município, resulta simplesmente pela classificação correta, como dívida dos empréstimos de médio longo prazo contraídos pelo município ao longo das últimas décadas, ao longo das últimas décadas, insisto relativamente a este ponto, porque quanto à dívida de curto prazo, às tais situações de dificuldade de cumprimento das obrigações, bom, a situação hoje felizmente nada tem a ver com a situação que existia em agosto de 2007, quando alguns de nós assumiram responsabilidades executivas. -----

----- Eu recorro, que relativamente à dívida de curto prazo, está dividida em três quartos a dívida a fornecedores, em três quartos foi reduzida a dívida a fornecedores. O prazo de pagamento baixou de trezentos e trinta e cinco dias para setenta e dois dias, portanto essa situação, é hoje uma situação claramente distinta, daquela situação que existia àquela data. -----

----- E mesmo a dívida de médio longo prazo tem sido significativamente amortizada, nós dos novecentos e tal milhões vamos em quinhentos milhões, e convém não esquecer, que o contributo da alienação dos terrenos do Aeroporto é só uma parcela da dívida amortizada ao longo destes anos, à receita do aeroporto há que acrescentar cento e setenta e cinco milhões de euros, cento e setenta e cinco milhões de euros que foram amortizados, da dívida de médio longo prazo que foi amortizada, sem, para lá do recurso às receitas do Aeroporto, cento e setenta e cinco milhões de euros. -----

----- E depois finalmente, a facilidade com que se vai generalizando a ideia de que a venda dos terrenos do Aeroporto, foi assim uma espécie de Euromilhões que saiu à CML. Há duas coisas que eu me permito corrigir, em primeiro lugar, este contencioso como Estado arrastava-se desde 1979, não faltaram oportunidades para extraordinários Presidentes de Câmara terem resolvido este problema, recorro que só os meus mais imediatos antecessores, um foi Ministro da tutela do Aeroporto e podia ter resolvido o problema e o outro foi Primeiro-Ministro, portanto foi tutela da tutela de quem

mandava nos terrenos do Aeroporto e também podia ter resolvido isto, mas a verdade é que nem um nem outro resolveram o assunto, e o assunto resolveu-se. -----

----- Mas desculpem lá, há um segundo mérito, que eu também tenho alguma dificuldade em deixar por mãos alheias, é que vendendo os terrenos do Aeroporto, nós podíamos ter pegado no dinheiro dos terrenos do Aeroporto e gasto em fogo-de-artifício, podíamos ter gasto em obras do Senhor Vereador Manuel Salgado, em jardins do Senhor Vereador Sá Fernandes, em política de habitação da então Senhora Vereadora Helena Roseta, podíamos ter feito isso tudo, mas não, o que decidimos fazer foi pegar nesta receita extraordinária, que é absolutamente irrepetível, e fazer aquilo que a boa gestão mandava fazer que era amortizar extraordinariamente a dívida de médio longo prazo, de forma a libertar a cidade de um peso acrescido. -----

----- Por isso Senhores Deputados Municipais, os Senhores Deputados Municipais podem ter inveja e eu até compreendo e respeito, agora não me venham dizer que isto foi o Euromilhões, não foi Euromilhões, e a decisão de dar uma boa utilização a essa verba foi nossa e ninguém nos impôs, e isso desculpem lá, é um mérito que eu não posso deixar por mãos alheias, porque uma pessoa vai fingindo que não ouve mas depois às tantas as coisas vão pegando, e portanto, às vezes é preciso ir não ouvindo mas ir respondendo, que é para também, não deixar consolidar ideias erradas sobre as coisas. -----

----- Terceira questão que eu também gostava de sublinhar, recordar. É que, quando se ouve falar do passivo, convém recordar que grande parte das realidades hoje, felizmente transparentemente evidenciadas nas nossas contas, não são realidades novas, são realidades já pré-existentes e que não estavam era transparentemente evidenciadas, e algumas delas pura e simplesmente não estavam sequer registadas. -----

----- Dou exemplos. O que é que aumentou significativamente o passivo, desde 2009? Foi que pela primeira vez passamos a contabilizar no passivo, os encargos resultantes do contrato com a SGAL, designadamente os encargos que temos com expropriações a realizar, para cumprimento do contrato com a SGAL. Ora o contrato com a SGAL, não é um contrato novo, essas obrigações de expropriações não são obrigações novas, são obrigações antigas, que antes estavam ignoradas nas contas e que hoje estão devidamente registadas nas contas. -----

----- Por exemplo, as previsões para processos judiciais, oitenta por cento dos valores das previsões, oitenta por cento das previsões para ações judiciais, são ações anteriores a 2007, ações anteriores a 2007, só que era a prática que existia no município, aliás, censurada habitualmente pelo ROC, é que o município não evidenciava nas suas contas, as previsões que deveria constituir para os riscos das dependências judiciais. E portanto, as dependências judiciais, algumas delas que remontam aos bons tempos do Senhor Presidente João Soares, ainda estão nessas previsões, mas arrastam-se desde essa altura. Dou o exemplo, por exemplo o contencioso com a Sonae para o pagamento da Avenida Lusíada, para não dizer que eu falo só do caso do Túnel do Marquês, não, há outros encargos ainda anteriores ao Túnel do Marquês, que ainda estão pendentes judicialmente. Por exemplo a Avenida Lusíada, que já toda a gente reclama as suas pavimentações, a verdade é que as contas ainda estão por saldar, num

processo judicial que foi intentado ainda no tempo do Senhor Presidente João Soares, não estava nas previsões e agora estão nas previsões e assim sucessivamente. Portanto, não são encargos novos, não são responsabilidades novas, não são fruto da vontade política da atual maioria, são simplesmente fruto de uma adoção de uma gestão transparente e de contabilidade clara, relativamente a esses encargos e essas responsabilidades municipais. -----

----- O mesmo se diga relativamente às dívidas. Eu ouvi aqui vários Senhores Deputados Municipais, uma Senhora Deputada Municipal aqui até dos «Verdes» que listava as dívidas novas, é da EPUL, é a Parque Expo, é a Bragaparkes, como se fosse tudo coisas novas.-----

----- Senhores Deputados Municipais vamos lá ver se nos entendemos, porque nada disto é novo. -----

----- Que dívida da EPUL é esta? É metade da dívida vencida ao Dexia, do empréstimo contraído em 2004, quando a EPUL foi encarregada pela CML, para realizar e suportar um conjunto de encargos da maior relevância para a cidade, como a contratação do Arquitecto Frank Gehry, a conclusão de obras no estádio do Benfica e a conclusão de obras no estádio do Sporting para efeitos de realização do Euro 2004. Essa era uma dívida que estava nas contas da EPUL e que agora foi transferida para as contas da Câmara, não é uma dívida nova, é uma dívida antiga que a Câmara agora assumiu, mas que já estava no perímetro municipal. Assim como, quando para o ano quando formos ver as contas de 2014, vão ver, não um aumento de vinte milhões de euros mas de sessenta milhões de euros, com a incorporação do restante passivo da EPUL, que entretanto com a sua extinção é incorporado no passivo da Câmara e na dívida da Câmara, designadamente a outra metade da tal dívida de 2004 ao Dexia, portanto não são dívidas novas, são dívidas que já existiam e que estão é aqui, agora consolidadas na conta da Câmara. -----

----- A dívida à Parque Expo? Só a dívida à Parque Expo, são quarenta e dois milhões de euros que foram contabilizadas em 2013. Mas é uma dívida nova? Não, não é uma dívida nova, dezassete milhões de euros remontam mesmo a 1998. -----

----- Não, não era João Soares era Demétrio Alves. -----

----- Porque era dívida das infraestruturas que cabiam ao município de Loures, e que o Município de Loures nunca assumiu, nunca aceitou pagar e quando o território de Lisboa foi estendido até à foz do Trancão, a Câmara de Lisboa teve que assumir aquilo que a Câmara de Loures nunca tinha assumido anteriormente, portanto, não é também uma dívida nova é uma dívida antiga, que é imputável a um território que não era de Lisboa, e que tendo passado a ser de Lisboa teve de ser assumida pela Câmara de Lisboa. Depois há uma parte que sim, que é relativa ao Município de Lisboa e até à minha gestão, que é a dívida relativa à gestão urbana, entre Novembro de 2008 e algures de 2012. E porquê? Essa dívida resulta de quê? Essa dívida resulta, foi uma dívida que nós nunca assumimos, nunca reconhecemos, porque resultava do facto do Tribunal de Contas não ter permitido mais renovar o contrato de gestão urbana à Parque Expo, porque entendia que a Parque Expo estava sujeita à concorrência e que tínhamos que fazer um concurso público, para adjudicarmos a gestão urbana daquela

parte do território, como fazemos para outras partes do território, portanto impediu-nos a contratação com a Parque Expo. Esta verba não é verdadeiramente uma dívida, foi um preço que tivemos que pagar na negociação que fizemos com o Ministério das Finanças, para a assunção do território integral do Parque das Nações e que passou pelo facto de termos que assumir este encargo, apesar de nunca o termos reconhecido como dívida e não o podendo fazer porque o Tribunal de Contas nunca aceitou legitimar essa prestação de serviços. É que convém também não esquecer que nessa negociação com o Estado, não recebemos só duzentos e oitenta e seis milhões de euros por conta dos terrenos do Aeroporto e seis milhões de euros por conta dos terrenos do CCB, também houve aquilo que tivemos de pagar, e o que tivemos de pagar foi designadamente também estes quarenta e oito milhões à Parque Expo, que foram incorporados nas contas de 2003.-----

----- E finalmente a Bragaparkes, a dívida da Bragaparkes. Mas desculpem lá, a dívida da Bragaparkes também não é uma dívida nova, primeiro não é dívida, ponto um não é dívida, é simplesmente termos posto fim a um contencioso, em que recuperámos a propriedade integral dos terrenos da Feira Popular e mantivemos a propriedade integral dos chamados terrenos do Parque Mayer, tendo naturalmente sido dissolvido o negócio de devolver agora à Bragaparkes, nos termos aliás aprovados por esta Assembleia Municipal, o que a Bragaparkes tinha pago em 2003 ou 2004 ao Município de Lisboa, que o Município de Lisboa gastou em 2003 ou 2004 e que agora recuperando os terrenos, temos que devolver naturalmente o dinheiro. Também era o que faltava agora ficarmos com os terrenos, mais o dinheiro que tinham pago pela compra dos terrenos. Bom, eu reconheço que não tenho essa capacidade negocial, e portanto, não consigo evidentemente ficar com os terrenos mais o dinheiro que os outros pagaram para nos comprar os terrenos. Agora, não é uma dívida nova, resulta do facto da dissolução, e sobretudo, acho estranho que isto possa ser criticado por quem desde o princípio sustentou, que o negócio que tinha sido feito em 2004 com a Bragaparkes era um negócio ruinoso. Então, se o negócio era ruinoso em 2004, a sua dissolução é certamente vantajosa para o município, não há que nos queixar, ficamos com dois terrenos, ficamos com os terrenos da Feira Popular, ficamos com o Parque Mayer, claro que devolvemos aquilo que tinha sido pago e que na tese de quem considerava o negócio ruinoso, era aliás um preço abaixo daquilo que devia ter sido pago, e portanto, estamos agora a devolver menos do que aquilo que evidentemente é o valor do que estamos a receber. Se não é assim, então é porque o negócio não tinha sido ruinoso, e quem entendeu que o negócio em 2004 era ruinoso estava enganado, agora tem é que decidir, ou estavam enganados em 2004 ou estavam enganados agora, não podem é estar certos nos dois momentos, porque isso é que evidentemente já não é possível. -----

----- Depois de recordar estas questões da memória, há uma dúvida que eu tenho, devo dizer, que me assaltou a ouvir o Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo falar sobre o aumento da despesa com bens e serviços, com a aquisição de bens e serviços. A dúvida não resulta propriamente da factualidade, porque essa não corresponde à realidade descrita, mas a dúvida é a dúvida de fundo.-----

----- Qual é então o entendimento do PSD, sobre como se deve organizar o município?
----- O município deve-se organizar, passando a ter recursos próprios, para executar em administração direta trabalhos como a jardinagem, ou como as empreitadas, e portanto significa que devemos aumentar, reforçar os nossos quadros, designadamente jardineiros, designadamente pessoal operário para assegurar a manutenção da via pública, ou se pelo contrário, o município deve prosseguir a trajetória que se iniciou já no tempo da coligação “Por Lisboa”, por exemplo nos espaços verdes, de recorrer ao *outsourcing* e não à contratação de pessoal próprio para execução direta. A posição do PCP eu conheço, o PCP mudou desde o tempo da coligação para hoje o seu pensamento sobre esta matéria, e entende hoje, que a câmara deve ter nos seus quadros o pessoal necessário para realizar esta tarefa, e não deve entregar milhões de euros por ano para serviços externos e enriquecer empresas do grande capital e coisas do género. Essa é a doutrina do PCP, conhecemos a posição do PCP. -----
----- Do PSD, eu julgava que o PSD concordava que de facto há um certo tipo de atividades, que devem ser realizadas exteriormente ao município, e portanto, o município tem que as contratar, ora se o município as contrata, tem que as pagar, e portanto, adquire ou bens ou serviços ao exterior, agora, é isto que gostava de clarificar com toda a sinceridade. De qualquer forma, também gostava de tranquilizar o Senhor Deputado Municipal. -----
----- Se for ver à página noventa e um do Relatório de Gestão, verificará que em quase todas as parcelas, instalações, comunicações, combustíveis e lubrificantes, material de escritório, etc., etc. e tal, nós temos reduções muito significativas, muito significativas, da despesa com a aquisição de bens e serviços durante o ano de 2003, e é por isso que o aumento que existe, é um aumento de três por cento e esse aumento de três por cento, traduz-se em dois milhões e oitocentos mil euros de aumento, e eu até lhe podia dizer que estes dois milhões e oitocentos mil euros são praticamente explicados, pelo facto de termos passado ao assumir a gestão da Parque Expo, a assumir o encargo de dois milhões e trezentos mil euros com a manutenção do espaço público da Parque Expo, o que praticamente preenche os dois milhões e oitocentos mil euros de aumento, portanto, tínhamos aqui uma pequena diferença de quinhentos mil euros. Mas se o Senhor Deputado Municipal der bem atenção, verificará que nem sequer é a Parque Expo que justifica este aumento. Este aumento explica-se numa única rubrica, que é a rubrica relativa à Simtejo, que temos um aumento de quinhentos e dezassete por cento, que nos aumentou a despesa em vinte e três milhões de euros no ano de 2013, e por isso veja bem, a dimensão do que é que nós reduzimos na despesa com a aquisição de bens e produtos intermédios, é porque, para nós só termos um aumento líquido de dois milhões e oitocentos mil euros e termos tido um aumento, só na Simtejo, de vinte e três milhões de euros, é porque tivemos que reduzir quase vinte e um milhões no conjunto das outras despesas, e o aumento com a Simtejo, como sabe não depende da nossa vontade, não decorre da nossa vontade, quem nos dera a nós que a Simtejo nos prestasse este serviço graciosamente, mas decorre do facto de não se tendo concretizado o negócio que estava previsto realizar com a EPAL, nós termos tido de pagar aquilo que devia ter sido pago pela EPAL no tratamento dos afluentes à Simtejo,

e portanto, tivemos que pagar em 2013 a despesa relativa a 2013 mais a despesa acumulada, que devia ter sido assumida pela EPAL em 2011 e 2012, não foi, e tivemos nós que a assumir em 2013. É essa a explicação da aquisição do aumento da despesa de três por cento, três por cento, relativamente à aquisição de bens e serviços. --
----- Por fim. Podemos continuar, claro Senhor Deputado Municipal, acha que não tentámos bastante? Reduzimos em vinte e um milhões e quem nos dera a nós tentar ainda mais, além do mais devo-lhe dizer uma coisa, não temos mesmo outro remédio, não só tentar e conseguir, não é só tentar, é tentar e conseguir, tentar e conseguir, porque e aqui finalmente chego.”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Senhores Deputados Municipais deixem o Senhor Presidente falar, por favor.”---

----- **O Senhor Presidente:**-----

----- “E aqui finalmente chego à questão de fundo, com que felizmente verifiquei todos os Senhores Deputados Municipais estarem bem conscientes, que tem a ver com a evolução da receita estrutural do Município de Lisboa, e a evolução da receita estrutural no ano de 2013 ainda tem uma pequena ilusão, porque apesar de o IMI ter uma descida significativa, o IMT ainda tem uma subida relativamente significativa. Mas é evidente para todos, venha ou não o Governo a cumprir a ameaça de acabar com o IMT, a verdade é que a alteração do paradigma imobiliário, com a erosão do crédito e o fim saudável, acho eu aliás, do processo de generalizada aquisição de casa própria, vai ter consequências necessárias a prazo na evolução do IMT. É evidente que os valores históricos do IMT, não são repetíveis para as próximas décadas, não é para o próximo é para as próximas décadas, e portanto, como disse o Senhor Vereador Vítor Gonçalves, quando daqui a vinte anos o PSD voltara a ganhar eleições na Câmara de Lisboa, é um problema com que se terá de confrontar, aliás, acumulado pela erosão ao longo dos próximos vinte anos desta receita, portanto, este é mesmo um problema estrutural relativamente às finanças do Município de Lisboa e quanto a esse, nós temos que pensar entre nós e temos que ser capazes de apresentar junto do Estado, uma proposta de solução estruturada, para este problema. -----

----- Eu tenho trabalhado e tenho sugerido a ideia, que vem aliás ao encontro de uma preocupação aqui evidenciada também pelo Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves, que ajudaria a resolver dois em um, que era os municípios passarem a ter uma participação na receita do IVA. -----

----- Vantagens?-----

----- Em primeiro lugar, ajustaria naturalmente a receita ao ciclo económico. -----

----- Em segundo lugar, permitiria ter uma repartição mais justa da receita, relativamente a municípios cuja centralidade regional geram esse efeito de custos-capitalidade, tinha essa vantagem. -----

----- Terceiro lugar. Induziria mais os municípios em geral e o nosso também a concentrar-se cada vez mais, a orientar muito a sua atividade para o esforço de aumentar o nível de atividade económica, visto que isso é gerador de receita, e portanto, só vejo virtualidades nessa solução. Há um problema, que é o Estado poder não estar disponível para partilhar mais o nível de receita, mas aí eu recomendo a

todos a leitura deste instrutivo anuário das finanças municipais, que mais uma vez a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e o professor João Carvalho da Universidade do Minho, mais uma vez publicaram e que tem logo na página vinte e quatro um quadro muito instrutivo, sobre a caracterização das autarquias locais Portuguesas em perspetiva comparada e compara qual é a situação dos municípios Portugueses, com os outros municípios da União Europeia. Primeiro dado importante, é que ao contrário do que habitualmente é dito, quer em população, quer em área geográfica, em área territorial, os municípios Portugueses estão claramente acima da média Europeia. -----

----- Mas onde é que estão claramente abaixo da média da União Europeia? -----

----- Bom, estão desde logo na despesa, porque a média da despesa local no conjunto da despesa pública da União Europeia é vinte e nove por cento e em Portugal são quinze por cento, e na receita a média é trinta e dois por cento e a nossa participação é dezassete por cento. -----

---- Nós estamos quase a metade da média da União Europeia na participação no conjunto da receita pública, pior que nós, só os Gregos e os Checos, todos os outros estão muito acima, daquilo que são os níveis de participação dos municípios Portugueses na receita, portanto, uma pequena participação dos municípios Portugueses na receita do IVA, não permitiria sequer convergir muito com a média Europeia, nós ficaríamos ainda muito abaixo da média Europeia, mas a margem que temos de convergência. Acho que é um bom tema, para que o Estado perceba que podíamos ter aqui, uma estrutura de financiamento mais inteligente do que aquilo que temos tido. -----

----- Agora só para recordar, aponto o seguinte. Os Senhores Deputados Municipais estão todos recordados em que pressuposto é que se estabeleceu o acordo, aliás unânime, para a redução da taxa de IRS e da taxa do IMI no Concelho de Lisboa, neste mandato. Esse consenso foi feito por todos no pressuposto, de que os números que o Estado apresentava sobre o aumento da receita do IMI, era efetivamente credível. O que se veio a verificar na generalidade dos municípios urbanos, é que a evolução do IMI não foi positiva, foi negativa. Até agora não encontrei boa explicação para isso, porque toda a gente me diz que o seu IMI aumentou, a verdade é que a receita do IMI continua a baixar, portanto, ou há menos gente a pagar, ou o Estado não entrega tudo o que deve entregar, ou então a informação desta ideia de que o aumento do IMI não é tão generalizada quanto aquilo que se ouve dizer, pelo menos nas áreas urbanas. Isto significa que a sustentabilidade, que eu acho que temos que assegurar e que temos o dever político de assegurar, que foi um compromisso que todos assumimos, que durante o mandato assegurávamos a sustentabilidade das taxas de IRS e das taxas do IMI, não podem ignorar a necessidade de mexer noutras receitas, sob pena da atividade municipal não ser sustentável, e não vale a pena termos ilusões de que é possível compensar mais na redução da despesa, o grau de redução que estamos a sofrer da receita própria. -----

----- Isso significa que temos que ter outras formas de financiamento, e isso, reconduz-nos à minha intervenção no início, não desta sessão legislativa porque não se trata de uma sessão legislativa, mas desta época de trabalho em Setembro do ano passado

quando chamei a atenção, que a opção que me parece correta, é manter reduzidos os impostos que todos pagam e acomodar no aumento das taxas, que só alguns pagam ou que cada um paga em função da sua utilização, o aumento da receita necessária para manter o saudável equilíbrio das nossas finanças municipais. Isto obviamente tem que ser feito com conta, peso e medida, de não estimular ineficiências na gestão nem onerar excessivamente alguns dos munícipes, em detrimento de uma repartição justa dos encargos que devem ser suportados por todos, relativamente à atividade municipal.”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----
----- “Senhores Deputados Municipais, a Mesa regista um pedido de esclarecimento para dar ao Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro, microfone ao Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro.-----

----- O Senhor Deputado Municipal quer vir cá acima? Com certeza, tem tempo. Os relógios estão a dizer outras coisas, mas não olhem para os relógios porque avariou o computador, e portanto, neste momento não são relevantes a Mesa está a controlar com o telemóvel aqui na Mesa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP):**-----
----- “Senhora Presidente, mesmo que fosse três minutos reais chegava para esclarecer.----- Espero que esclareça de vez este assunto, da atribuição de funções e de ações ao PCP na coligação, que não existiram. Existiu factualmente numa situação.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara atual, esteve cá entre 85 e 89 como membro da Assembleia Municipal, de facto, mas depois evoluiu na sua vida e até foi Ministro da Administração Interna, e até, a memória é boa, alterou a Lei das Finanças Locais prejudicando o poder local em todo o País.-----

----- Mas vamos então ao que interessa, na questão do quadro de limpeza e higiene urbana. Ainda com o Senhor Vereador Rui Godinho, a nossa insistência na coligação era para ser preenchido um quadro que tinha mil trezentos e tantos lugares e que não estava preenchido, com um ativo de trabalhadores que rondava os seiscentos trabalhadores, que não chegava obviamente para resolver os problemas da limpeza e higiene urbana em Lisboa. Nessa altura o PS na coligação propôs a privatização de áreas de limpeza e higiene urbana, bateu-se por isso e nós rejeitámos. E foi o Senhor Vereador Rui Godinho, foi aqui discutido na Assembleia Municipal, está nas atas, que encomendou um estudo sobre a questão dos custos da limpeza e higiene urbana, e esse estudo concluiu, que a tonelada de lixo recolhida custava à Câmara Municipal cinco mil e quinhentos escudos e custaria na privatização onze mil escudos por tonelada. E foi perante essa realidade concreta, que nós conseguimos de algum modo com o PS melhorar o quadro de pessoal e evitar essas situações de entrega de trabalhos da Câmara a operadores externos. Esta é que é a realidade e está consignada nas atas.-----

----- Já é a terceira vez que se fala disso e eu fico ali calado, mas é melhor que tenhamos realmente memória e que saibamos lembrar aquilo que efetivamente aconteceu, e foi isto que aconteceu e não outra coisa.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara:**-----

----- “Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro, eu não estive aqui na Assembleia Municipal de 85 a 89, estive de 81 a 93, foi de 81 a 93 e em 93 só renunciei ao mandato para ir concorrer à Câmara Municipal de Loures, deve estar recordado. -----

----- Agora eu efetivamente não falei dos resíduos sólidos urbanos, porque aos resíduos sólidos urbanos creio que a polémica não se coloca, visto que ninguém propôs nem defendeu na altura nem agora, a privatização da operação de resíduos sólidos urbanos, pelo contrário, resolvemos fortalecer a higiene urbana com a descentralização para as juntas de freguesia das funções de lavagem e varredura, de forma a que a qualidade do serviço pudesse ser feita com maior qualidade maior eficiência. -----

----- Eu referi-me, e só, e só aos serviços de jardinagem e que relativamente aos serviços de jardinagem, foi precisamente nessa altura, como sabe, que o município fez a opção que se tornou irreversível, de em vez de preencher e reforçar os seus quadros próprios recorrer ao *outsourcing*, portanto, daquilo que se tem feito desde então é simplesmente dar continuidade, à política então iniciada no tempo da coligação, que nós assumimos solidariamente e que julgo que o Senhor Deputado Municipal também o deveria fazer, porque apesar do Senhor Vereador que então assumia a representação do PCP, essas funções já não ser muito dentro do PCP, a verdade é que o era no exercício dessas funções e fez um trabalho que é digno de registo e que orgulha muito a cidade e o património da coligação “Por Lisboa” deixou na cidade de Lisboa. Era só isto. -----

----- Não misturemos o que não é para misturar, eu falei de espaços verdes, não falei de higiene urbana, porque essa não está em questão, porque em relação à higiene urbana não há, como sabe, qualquer aquisição de bens e serviços externos, porque é uma atividade exercida e continuará a ser exercida pelo município diretamente.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Senhores Deputados Municipais, prestados estes esclarecimentos estamos no momento de votar. A Mesa lembra que está em votação a proposta 313 da Câmara Municipal de Lisboa, para aprovar o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras do Município de Lisboa 2013, bem como a Aplicação de Resultados. -----

----- A proposta na sua parte conclusiva tem quatro pontos, e naturalmente se ninguém pedir a votação em separado, serão votados em conjunto todos os pontos, ou seja, aprovar o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras, aprovar Aplicação de Resultados do Exercício de acordo com o que está aqui proposto, portanto, são nove milhões de euros com uma distribuição que está aqui explicitada, e ainda, uma transferência para a conta do património de um milhão e novecentos mil euros aproximadamente, está aqui explicitado também por terem ocorrido correções no valor desta conta. São estes quatro pontos que a Mesa vai pôr à votação. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta nº 313/CM/2014, “Apreciar as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão do Município de Lisboa 2013 e a Aplicação de Resultados”**, apresentada pela Câmara Municipal de Lisboa. A Proposta foi **aprovada por maioria**, com votos a favor de PS, PNPV e IND, votos contra do PCP, BE, PEV, CDS-PP, MPT e abstenção do PAN e PSD. -----

----- As contas estão aprovadas por maioria, e portanto, este ponto da ordem de trabalhos está encerrado.-----

----- Senhores Deputados Municipais temos três pontos da Ordem de Trabalhos a seguir, que são pontos bastante simples e que eu penso que poderemos hoje, finalmente, talvez acabar os nossos trabalhos um pouco mais cedo, o que será um alívio sobretudo para os nossos serviços que têm estado em grande sobrecarga. -----

----- **PONTO 2 - PROPOSTA Nº 270/CM/2014 - AUTORIZAR A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO ÂMBITO DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA A “AQUISIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS PARA AS VIATURAS DA FROTA MUNICIPAL DA MARCA MERCEDES BENZ”, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO;**-----

----- (A Proposta nº 270/CM/2014 “Autorizar a repartição de encargos e a assunção de compromissos plurianuais no âmbito de concurso público com publicidade internacional para a “aquisição de peças, componentes e acessórios para as viaturas da frota municipal da marca Mercedes Benz””, fica anexada a esta Ata como Anexo III e dela faz parte integrante)-----

----- A proposta seguinte é uma proposta de repartição de encargos, que não baixou a nenhuma Comissão porque é simples. -----

----- A Mesa não regista pedidos de palavra sobre a Proposta nº 270/CM/2014 – Repartição de encargos e compromissos plurianuais para a aquisição de peças, componentes e acessórios para as viaturas da frota municipal da marca Mercedes Benz.-----

----- Se não há pedidos de palavra, a Mesa vai imediatamente pôr à votação a Proposta nº 270/CM/2014.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta nº 270/CM/2014, “Repartição de encargos e compromissos plurianuais para a aquisição de peças, componentes e acessórios para as viaturas da frota municipal da marca Mercedes Benz”**, apresentada pela Câmara Municipal de Lisboa. A Proposta foi **aprovada por maioria**, com votos a favor de PS, PSD, PCP, BE, PEV, PAN, MPT, PNPN, IND e abstenção do CDS-PP. -----

----- **PONTO 3 - PROPOSTA Nº 271/CM/2014 - AUTORIZAR A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO ÂMBITO DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA “AQUISIÇÃO DE PNEUMÁTICOS PARA AS VIATURAS DA FROTA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO;**-----

----- (A Proposta nº 271/CM/2014 “Aquisição de pneumáticos para as viaturas da frota municipal”, fica anexada a esta Ata como Anexo IV e dela faz parte integrante) --

----- Vamos pôr agora à consideração a Proposta nº 271/CM/2014, é também uma repartição de encargos, neste caso para a aquisição de pneumáticos para as viaturas da frota municipal. -----

----- Não vejo registo de pedidos de palavra, por isso a Mesa vai pôr à votação a Proposta nº 271/CM/2014 -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta nº 271/CM/2014, “Aquisição de pneumáticos para as viaturas da frota municipal”**, apresentada pela Câmara Municipal de Lisboa. A Proposta foi **aprovada por maioria**, com votos a favor de PS, PSD, PCP, BE, PEV, PAN, MPT, PNP, IND e abstenção do CDS-PP. -----

----- **PONTO 4 - PROPOSTA Nº 373/CM/2014 - APRECIAR A PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DA LISBOA OCIDENTAL, SRU, SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, BEM COMO DA EGEAC – EMPRESA DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E ANIMAÇÃO CULTURAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DO ARTIGO 25º E DOS Nº 3 DO ARTIGO 26º TODOS DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, ALÍNEA A) DO Nº 1 E Nº 3 DO ARTIGO 413º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS, BEM COMO DOS NºS 2 DO ARTIGO 18º E DO ARTIGO 19º, AMBOS DOS ESTATUTOS DAS EMPRESAS EM CAUSA;** -----

----- (A Proposta nº 373/CM/2014 “Apreciar a proposta de designação do fiscal único da Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana, bem como da EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural”, fica anexada a esta Ata como Anexo V e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos pôr à votação agora a designação do fiscal único, dos fiscais únicos aliás, são dois, designação do fiscal único da Lisboa Ocidental SRU e da EGEAC nos termos da proposta. -----

----- Não vejo pedidos de palavra, vamos pôr a proposta a votação. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta nº 373/CM/2014, “Designação do fiscal único da Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana, bem como da EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural”**, apresentada pela Câmara Municipal de Lisboa. A Proposta foi **aprovada por maioria**, com votos a favor de PS, PSD, PCP, CDS-PP, PEV, PAN, PNP, IND e abstenção do MPT e BE. -----

----- **PONTO 5 - PROPOSTA Nº 387/CM/2014 - AUTORIZAR A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE ALVALADE, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA K) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º E DO ARTIGO 116º DO ANEXO I DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- (A Proposta nº 387/CM/2014 “Celebração de contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alvalade”, fica anexada a esta Ata como Anexo VI e dela faz parte integrante) -----

----- Finalmente a última proposta, que é um contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alvalade para os efeitos que a proposta explicita. É a Proposta 387/CM/2014. -----

----- Pergunto se há pedidos de intervenção? -----

----- A Mesa não regista pedidos de intervenção, vamos pôr à vossa votação a Proposta 387/CM/2014. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta nº 373/CM/2014, “Autorizar a celebração de contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alvalade”**, apresentada pela Câmara Municipal de Lisboa. A Proposta foi **aprovada por maioria**, com votos a favor de PS, PSD, PAN, PNPN e IND, voto contra de PCP e abstenções do BE, CDS-PP, PEV e MPT. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos para anunciar uma declaração de voto, sobre a Proposta 387/CM/2014? -----

----- O Grupo Municipal do PCP quer fazer uma declaração de voto sobre a proposta 387/CM/2014, faça favor, tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP):** -----

----- “Nós votámos como temos votado noutras semelhantes, contra, porque estas transferências que decorrem de competências para as freguesias têm sido baseadas, não em meios próprios da Câmara mas meios usando o *superavit* das juntas de freguesia e neste caso concreto é um equipamento desportivo, que segundo o PCP deveria ser e deveria continuar a ser da responsabilidade da Câmara Municipal, por isso votámos contra.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Senhores Deputados Municipais terminámos os nossos trabalhos. -----

----- Lembro novamente que na quinta-feira às catorze horas e trinta minutos, meia hora mais cedo do que é habitual, temos sessão extraordinária para aprovar uma série de propostas de urbanismo e na próxima terça-feira, de hoje a oito dias às quinze horas, teremos mais uma sessão com as últimas propostas desta época. -----

----- Bom trabalho Senhores Deputados Municipais, muito obrigado.” -----

----- A sessão terminou eram dezoito horas e doze minutos. -----

----- Eu _____, Chefe de Gabinete, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014. -----

-----A PRESIDENTE -----